

**RENATA MARIA BITTENCOURT GOMES**

**CPI DA PANDEMIA, MUDIATIZAÇÃO E DISPUTAS EM CAMPOS  
HERMENÊUTICOS: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL, APRENDIZAGENS E  
RECONFIGURAÇÃO DA PANDEMIA NOS CONTEXTOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G633c  
2023  
Gomes, Renata Maria Bittencourt, 1998-  
CPI da pandemia, mídiatização e disputas em campos  
hermenêuticos: comunicação organizacional, aprendizagens e  
reconfiguração da pandemia nos contextos brasileiros / Renata  
Maria Bittencourt Gomes. – Viçosa, MG, 2023.  
1 dissertação eletrônica (110 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Educação, 2023.

Referências bibliográficas: f.102-103.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.771>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Análise do discurso. 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-.  
3. Comissões parlamentares de inquérito. I. Mafra, Rennan  
Lanna Martins, 1980-. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 401.41

Bibliotecário(a) responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB-6/2523

**RENATA MARIA BITTENCOURT GOMES**

**CPI DA PANDEMIA, MEDIATEZACÃO E DISPUTAS EM CAMPOS  
HERMENÊUTICOS: COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL, APRENDIZAGENS E  
RECONFIGURAÇÃO DA PANDEMIA NOS CONTEXTOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de setembro de 2023.

Assentimento:

  
Renata Maria Bittencourt Gomes  
Autora



---

Rennan Lanna Martins Mafra  
Orientador

*Aos meus pais, por tudo e por tanto.  
Ao senhor Miguel Gabriel Mafra, bem como  
a todas as vítimas da COVID-19.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e todas as bênçãos.

Aos meus familiares, que são basilares, fonte de motivação e coragem.

Não consigo adjetivar tudo que passamos, embora ouse parafrasear Drummond, a fim de enfatizar que no meio do caminho tinha uma pandemia, tinha uma pandemia no meio do caminho, tinha uma pandemia.

Aos meus pais, Zé Renato e Thide, que foram e são suporte e leveza em meio ao caos, por me incentivarem, serem inspiração e porto seguro. Meu muitíssimo obrigada pela nossa relação de parceria, cuidado, dedicação e amor incondicional e infinito que tornam vocês os melhores pais do universo!

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação e por ser parte da minha trajetória.

Ao professor Rennan, que não mediu esforços para a realização deste trabalho, saiba que sou imensamente grata, feliz e orgulhosa em trabalhar com você! Obrigada por tudo, por ser amigo, pelas figurinhas, pelos bastidores (“chorrindo”) e por orientar de uma forma tão sensível e brilhante, por existir e resistir!

Aos professores (Daniel, Camila, Isaura, Mariana e Silvana) que estiveram presentes em importantes etapas do trabalho, muito obrigada!!

Às professoras Camila Mantovani e Silvana Santos, ainda que o trabalho tenha seguido outros direcionamentos, sou muito grata pelo cuidado, carinho e apontamentos realizados durante a defesa do projeto.

À professora Mariana Procópio, pela generosidade e afetividade (de sempre), além da incrível interlocução no momento de qualificação do trabalho.

Ao professor Daniel, que conhecia e admirava pelos textos, não tenho palavras suficientes para agradecer as contribuições ao trabalho. Obrigada por ter aceito o convite, por todo o respeito, acolhimento e entusiasmo nos diálogos, que muito contribuiu para que a experiência da defesa fosse maravilhosa e tão potente.

Aos meus amigos, que ouviram sobre o meu trabalho e pacientemente lidaram com ausências, vocês são maravilhosos e só reforçam a frase de Guimarães Rosa, de que “é junto dos bão que a gente fica mió”!

Ao trio Paula Gibrim, Vinícius Puiatti e Eduardo Almeida, saibam que vocês são maravilhosos demais e cada abraço, música, risada, rolê, meme, forró dançado

e problema deixado pra depois, filme, vinho, série, sorvete, poesia e madrugada foram imprescindíveis, verdadeiros respiros afetivos.

É claro que tais respiros afetivos também transcendem distâncias, como é o caso da Renata Kehl, que esteve presente em todas as etapas, do trabalho e da vida, ou seria do trabalho para a vida? Rê, obrigada pela presença e por tanto afeto, por estar logo ali, ainda que a quase dois mil quilômetros de distância.

Ao Ícaro e ao Léo, pela escuta atenciosa e comentários impulsionadores.

À Adriana Helena, obrigada por pacientemente apoiar, acreditar e incentivar seja qual for o “trem”, além de ensinar muito!!

À amada dupla Caio e Thiago, como é bom estar perto de vocês e com tanta leveza ir driblando todo o caos por aí, essa CPI foi pauta de várias conversas nossas enquanto ela ainda nem era objeto de estudo, o famoso “ah, viu o depoimento do fulano? Nossa, ainda está depondo, tô acompanhando” e afins, virou uma dissertação de mestrado!

À turma do mestrado (em especial a Lúci, Klyntton e Matheus), aos professores e funcionários, que conheci majoritariamente pelas telas, obrigada pelo acolhimento, esforços empreendidos e por tantos aprendizados.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

*“Acordei bemol/ tudo estava sustenido/ sol fazia/ só não  
fazia sentido”.*

(Paulo Leminski)

## RESUMO

GOMES, Renata Maria Bittencourt, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2023. **CPI da Pandemia, midiatização e disputas em campos hermenêuticos: comunicação organizacional, aprendizagens e reconfiguração da pandemia nos contextos brasileiros.** Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

Esta dissertação objetiva compreender como a CPI da Pandemia, instituída pelo Poder Legislativo Federal em 2021, permitiu a emergência de novos campos hermenêuticos sobre a própria pandemia, campos estes que confrontaram os sentidos postos em circulação pelo Poder Executivo Federal, nos contextos públicos brasileiros. Como objetivos específicos, a dissertação procura: 1) investigar e analisar a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional, marcado pela midiatização, pela serialidade e pela emergência de novos campos hermenêuticos; 2) situar e apontar as relações de poder tensionadas pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia frente à informação pública, com foco nas disputas de sentido instauradas em torno da vacina; e 3) compreender como tal dispositivo organizacional fez emergir, publicamente, um lugar de circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19. Como metodologia, a dissertação se baseia na proposta do paradigma indiciário, delineado por Braga (2008), a partir de uma análise das materialidades da comunicação, proposta por Gumbrecht (2010). Como resultados, a dissertação apresenta três capítulos escritos, correspondentes aos objetivos específicos levantados, a saber: a CPI como um dispositivo organizacional; as relações de poder tensionadas, sobretudo em torno das vacinas e a emergência da circulação de sentidos sobre as vítimas.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Pandemia da COVID-19. CPI da Pandemia.

## ABSTRACT

GOMES, Renata Maria Bittencourt, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2023. **CPI of the Pandemic, mediatization and disputes in hermeneutic fields: organizational communication, learning and reconfiguration of the pandemic in Brazilian contexts.** Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

This dissertation aims to understand how the Pandemic CPI, established by the Federal Legislative Branch in 2021, allowed the emergence of new hermeneutical fields about the pandemic itself, fields that confronted the meanings put into circulation by the Federal Executive Government, in Brazilian public contexts. As specific objectives, the dissertation seeks to: 1) investigate and analyze the Pandemic CPI as an organizational device, marked by mediatization, seriality and the emergence of new hermeneutic fields; 2) situate and point out the power relations tensioned by the organizational device of the Pandemic CPI in relation to public information, focusing on the disputes over meaning established around the vaccine; and 3) understand how such an organizational device publicly created a place for the circulation of meanings about the victims of COVID-19. As a methodology, the dissertation is based on the proposal of the evidentiary paradigm, outlined by Braga (2008), based on an analysis of the materialities of communication, proposed by Gumbrecht (2010). As a result, the dissertation presents three written chapters, corresponding to the specific objectives raised, namely: the CPI as an organizational device; the tense power relations, especially around vaccines and the emergence of the circulation of meanings over the victims.

Keywords: Communication. Education. COVID-19 pandemic. Pandemic CPI.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Seleção quantitativa de indícios	24
Figura 1 – CPI com lógica televisiva de paixão nacional	44
Figura 2 - CPI incorporando as lógicas	45
Figuras 3 e 4 - CPIPALOOZA	47
Figura 5 - Capitã Cloroquina	48
Figura 6 - Bolsonaro e os remédios ineficazes para a COVID-19	56
Figura 7 - Twitter sinaliza post de Bolsonaro com mentiras sobre a vacina da COVID-19 e Aids	56
Figura 8 - Bolsonaro e o uso figurado das máscaras	57
Figura 9 - Relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina	59
Figura 10 - Relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina parte 2	59
Figura 11 - A emblemática figura de João Dória na corrida das vacinas	60
Figura 12 - A postura da CPI da Pandemia	61
Figura 13 - Bolsonaro se recusa a tomar a vacina	62
Figura 14 - A vacina e a suposta transformação dos vacinados em jacaré	62
Figura 15 - Passaporte vacinal associado à coleira	63
Figura 16 - Bolsonaro contrariando a Anvisa e cientistas afirma que a vacina não tem comprovação científica	63
Figura 17-Bolsonaro,preconceitos e desinformações ao associar Aids e vacina	63
Figura 18 - Manifestantes em frente à prefeitura de Curitiba/PR	65
Figura 19 - Charge de Gilmar acerca do depoimento da Dra. Nise	67
Figura 20 - Otto Alencar, craque do jogo	67
Figura 21 - Senadores enquanto craques do jogo, de acordo com internautas	68
Figura 22 - Lula lança Movimento Nacional pela Vacinação	70
Figura 23 - Arquétipo de Zé Gotinha	71
Figura 24 - Itachi vs Sasuke ou Zé Gotinha vs Coronavírus	72
Figura 25 – Ignorando alertas, Brasil é conduzido rumo ao precipício	74
Figura 26 - E daí?	76
Figura 27 - Milhares de motos e corpos	77
Figura 28 - Milhares de mortos	78
Figura 29 - Minions.	79
Figura 30 - Bolsominion.	80
Figura 31- Bolsominions, a representação.	80

Figura 32 – Não me confunda com um bolsominion.	81
Figura 33 - O veio da Havan depõe.	84
Figura 34 - Quantas infrações cabem nessa foto?	84
Figura 35 - Quem são os verdadeiros vilões?	85
Figura 36 - Testemunho que nos revelou o “óbito também é alta”	86
Figura 37 - Óbito não é alta!	87
Figura 38 - E daí??	88
Figura 39 - Tadeu sobrevive para contar	89
Figura 40 - Vítimas depõem	90
Figura 41 - O depoimento de Marco Antonio.	91
Figura 42 - Brasil, país do futebol ou das covas?	91
Figura 43 - As cruces são recolocadas	92
Figura 44 - O Brasil que queremos, democrático e empático	93
Figura 45 - Um retrato simbólico da CPI	99
Figura 46 - O legado que será passado	100

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Breve atmosfera do dia de instalação da CPI da COVID-19	16
1.2. Justificativa, metodologia e estruturação da dissertação	19
2. PANDEMIA DA COVID-19 COMO ACONTECIMENTO E CPI DA PANDEMIA COMO DISPOSITIVO ORGANIZACIONAL: MEDIATEZACÃO, SERIALIDADE E A EMERGÊNCIA DE NOVOS CAMPOS HERMENÊUTICOS	28
2.1 A pandemia da COVID-19 como acontecimento	28
2.2. CPI como dispositivo organizacional e sua constituição por lógicas da mediação: circulação de sentidos, oscilações e simultaneidades da/na comunicação organizacional	31
2.3 Mediação e produção da polarização: traços de uma pandemia mediada	36
2.4 Materialidades jornalísticas e comunicação pública: a CPI como dispositivo organizacional em captura das lógicas culturais mediadas	40
2.5 Algumas evidências sobre a emergência de novos campos hermenêuticos nos contextos brasileiros: a singularidade da CPI da Pandemia enquanto dispositivo organizacional	43
3. A EMERGÊNCIA DE NOVOS CAMPOS HERMENÊUTICOS SOBRE A VACINA: A CPI DA PANDEMIA E A POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA EM CONTEXTOS ORGANIZACIONAIS DE DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA	50
3.1 Índícios e materialidades: os campos hermenêuticos do bolsonarismo em relação às vacinas	56
3.2 Índícios e materialidades: a oferta de novos campos hermenêuticos pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia em relação às vacinas	64
4. CPI DA PANDEMIA E A EMERGÊNCIA DE UMA CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE AS VÍTIMAS DA COVID-19	73
4.1. Em meio a lógicas neoliberais e necropolíticas, há espaço para vítimas?	74
4.2. CPI expõe vazio negacionista e combate <i>fakes</i> através de testemunhos fortes, estratégicos e humanos	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A - Notas	104

## 1.INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 emergiu em função da disseminação rápida, desenfreada e impactante do coronavírus (SARS-CoV-2.), constituindo-se como uma doença altamente infecciosa e com taxas de letalidade desafiadoras, de alcance mundial<sup>1</sup>. Tal vírus se espalha pela boca ou pelo nariz de uma pessoa infectada, em pequenas partículas líquidas expelidas quando elas tosse, espirram, falam, cantam ou respiram, se alastrando com ainda mais facilidade em locais fechados e em multidões.

Já o tamanho dessas partículas vai de gotas respiratórias maiores até aerossóis menores; portanto a infecção pode ocorrer caso você inale o vírus quando estiver perto de alguém que tenha COVID-19 ou se você porventura tocar em uma superfície contaminada e, em seguida, passar as mãos nos olhos, no nariz ou na boca (OMS, 2022). Apesar de grande parte das pessoas que adoecem em decorrência da COVID-19 apresentarem sintomas leves a moderados, algumas pessoas desenvolvem um quadro grave, necessitam de atendimento médico e do uso de aparelhos sobretudo respiratórios, e podem falecer em decorrência da doença, pois infelizmente é também letal. Lamentavelmente não só é letal, como a taxa de mortalidade mundial associada à pandemia de COVID-19, de acordo com a Organização Panamericana da Saúde (OPAS), foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021<sup>2</sup> - e vale ressaltar que apesar de abordarmos como expressivos dados numéricos, não são só nomes, mas vidas e entes queridos de tantos outros milhões ao redor do mundo.

Ademais, a Organização Mundial de Saúde (OMS), desde o início do alastramento do vírus, desempenha um importante papel, sobretudo no acompanhamento da doença e nas providências adotadas por tal organismo, como a declaração de emergência de saúde pública de importância internacional e, posteriormente, a declaração oficial de estado de pandemia para COVID-19. O posicionamento da OMS foi essencial para conduzir inúmeros governantes em suas condutas, uma vez que:

---

<sup>1</sup> Informações cedidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e disponíveis em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/coronavirus-disease-covid-19-how-is-it-transmitted> . Acesso: 23/05/2022

<sup>2</sup>Dados disponíveis em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>. Acesso em: 23/05/2022

Embasados em estudos de relevância internacional sobre a eficácia das medidas de restrição de circulação, artigos de periódicos, documentos da OMS, dentre outros, faz-se um panorama geral sobre as medidas de restrição de circulação que países com as mais diversas conformações econômicas, sociais, políticas e culturais lançaram mão. O acionamento pelos governos nacionais das medidas de restrição de circulação revela o empenho de governantes e de autoridades sanitárias nacionais na busca de contenção da transmissão do Sars-CoV-2, portanto, da diminuição do número de casos confirmados e de óbitos por Covid-19. Entendendo que a pronta resposta que é dada pelas autoridades constituídas para o enfrentamento de situações de emergência em saúde pública é condição para o seu desfecho, seja bem ou mal sucedido (DE MENEZES; SOARES; DE CAMARGO, 2021, p. 54).

As indicações e condutas para enfrentar a pandemia foram feitas, e ainda que em meio às inerentes pluralidades e diferenças globais, muitos países seguiram majoritariamente as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) para o enfrentamento da pandemia. Nesse lugar, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, se destacou ao ganhar progressivamente ainda mais notoriedade e visibilidade, por meio de seus discursos no decorrer deste período pandêmico.

Tedros reiterava constantemente os impactos da pandemia, além de ressaltar a necessidade de todos os países investirem em sistemas de saúde mais resistentes e resilientes, para que pudessem sustentar os respectivos serviços essenciais de saúde durante crises. O diretor-geral também sempre fazia (e fez) questão de destacar o quanto a OMS estava empenhada em trabalhar de modo conjunto, com todos os países, a fim de fortalecerem seus sistemas e obterem melhores resultados, pois nenhum gestor público estava preparado para o enfrentamento da pandemia, considerando principalmente a rapidez com que o vírus se propagava ao redor do mundo e o respectivo desconhecimento junto a uma busca acelerada acerca de informações científicas quanto à letalidade e a demais características do vírus.

Portanto, seguir as recomendações da OMS se tornou uma tendência global para o enfrentamento da pandemia. Contudo, no Brasil, o enfrentamento encontrou diversas peculiaridades, sendo que, em vários momentos, presenciamos gestões se contradizendo, informações dúbias e uma considerável desarticulação territorial, aspectos estes que evidenciaram, além de um despreparo (até então relativamente natural pelo ineditismo da pandemia) para gerir uma crise sanitária de tamanha proporção, uma visível falta de insumos e equipamentos de proteção adequados, e principalmente, um desalinhamento com relação às tomadas de decisão entre os

entes federativos e a falta de um planejamento estratégico acerca do plano de imunização, bem como em relação às medidas preventivas.

Tais fatores contribuíram para demonstrar que, no Brasil, enfrentamos, além da pandemia em si, também problemas catastróficos advindos do descompasso na gestão e no enfrentamento da pandemia, não só para elaboração de normas e estabelecimento de condutas, mas também para o cumprimento das mesmas, destacando parte do Poder Executivo Federal e sobretudo do próprio Ministério da Saúde como protagonistas de inúmeros e despreparados dilemas sobre como enfrentar a pandemia. Em razão desse contexto político, administrativo e também financeiro, as decisões e condutas não foram unânimes em todo território nacional, e foram realizadas não necessariamente em consonância pelos gestores públicos da União, dos Estados e dos Municípios.

Em função de tamanhos desencontros sobre as condutas a serem e que estavam sendo seguidas, o Senado Federal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mecanismo do Poder Legislativo cuja finalidade é exercer sobretudo sua função fiscalizadora:

Cabe a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, enquanto uma atividade legislativa, as principais funções de: ouvir indiciados e inquirir testemunhas; determinar diligências; requerer informações e documentos de órgãos e entidades da administração pública; requisitar audiências; definir quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico; tomar depoimentos e solicitar serviços de autoridades, inclusive policiais (Site Legislativo, SENADO, 2023).

De modo específico, tal CPI foi criada através dos requerimentos RQS 1371/2021 e RQS 1372/2021<sup>3</sup>, e teve como seu presidente o Senador Omar Aziz, bem como seu relator o Senador Renan Calheiros. Dessa forma, instaurada em 27/04/2021, teve a finalidade específica de:

Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo, para isso, de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes

---

<sup>3</sup> Ambos disponíveis em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 14/06/2023.

federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios (Site legislativo, SENADO, 2023).

Quanto à criação de tal mecanismo institucional, é essencial salientar que, em meio ao crítico e sensível período pandêmico, o Poder Executivo federal brasileiro fez uma escolha neoliberal, necropolítica e negacionista com relação ao enfrentamento da pandemia: por esses termos, como indica Caponi (2020, p. 216), “vale a pena destacar a precariedade laboral, as iniquidades e desigualdades existentes no contexto neoliberal no qual surge a pandemia”, num cenário em que emerge, artificialmente, uma espécie de oposição entre economia e vida, ganhando força em inúmeros países - oposição esta que, no caso do Brasil, acabou sendo um distintivo dos modos pelos quais os governadores de diversos estados criaram estratégias de enfrentamento publicamente compartilhadas em seus territórios.

Dessa forma, tais escolhas e estratégias acarretaram, para além das consequências nos modos como os diversos contextos brasileiros lidavam com o infortúnio, as próprias motivações de implementação da CPI da Pandemia, também chamada de CPI da COVID-19. Enquanto um dispositivo regimental previsto, e constituindo uma instância do Poder Legislativo, tal Comissão se propôs a investigar, a apurar e a levantar proposições que foram encaminhadas principalmente ao Ministério Público e ao Poder Executivo - ressaltando aqui que a CPI não estabelece julgamentos e nem possui competência punitiva.

A página oficial da CPI da Pandemia<sup>4</sup> está hospedada no site do Senado e encontra-se na área de atividades legislativas e, por conseguinte, das comissões. Naquele local, estão armazenadas as informações oficiais referentes à CPI da Pandemia e, assim, constam: o relatório final aprovado; os autos digitais; a finalidade; as datas; o requerimento de criação; os documentos diversos e a possibilidade de busca específica por reuniões ou eventos em um recorte temporal. Evidentemente, tais dados foram fundamentais para a compreensão desta peculiar CPI.

Com relação a isso, cabe ressaltar que, apesar do nosso interesse no presente trabalho não ser relacionado ao que tange ao jogo político prévio, reconhecemos o quanto este foi fundamental para originar a CPI. Portanto, cabe-nos relatar uma breve atmosfera descritiva com relação aos momentos mais expressivos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>

no dia de instauração da CPI (27/04/2021) - ainda que seja um recorte difícil, haja vista que infelizmente o número de mortes continuava crescendo e muitas questões bárbaras emergiram e reverberaram no espaço público.

### 1.1. Breve atmosfera do dia de instalação da CPI da COVID-19

Reflexionar acerca da atmosfera com relação ao dia de instauração da CPI da Pandemia, é um gesto basilar para compreensão dos capítulos que serão apresentados no decorrer do trabalho e possui inspiração em Hans Gumbrecht, cuja noção de atmosferas é fundamentada no conceito alemão de *Stimmung*,

a palavra *stimmung* é mais frequentemente (e corretamente) traduzida como “disposição”; num registro mais metafórico, a expressão pode ser vertida para “clima” ou “atmosfera”. O que essas metáforas de “clima” e de “atmosfera” partilham com a palavra *Stimmung* - cuja raiz etimológica é *Stimme*, palavra alemã que significa “voz” - é que todas sugerem a presença de um toque material, tipicamente um toque muito leve, sobre o corpo de alguém ou alguma coisa que (a) percebe. Clima, sons, música, todos têm sobre nós um impacto material, embora invisível (GUMBRECHT, 2012, p. 42).

Portanto, uma percepção que tende a ser associada também a sentimentos internos, íntimos e que de acordo com Gumbrecht (2012), muitas vezes as atmosferas “nos fazem assumir que existe alguma coisa latente, mas raramente indicam como identificar do que se trata” (p.42), uma vez que tais atmosferas afloram como efeitos de condições latentes, ainda que não tenham sido originadas, necessariamente, em meio a essas condições.

Por conseguinte, ao pensar nas atmosferas e buscar efeitos de sentido e de presença, buscamos não apenas o sentido da CPI da Pandemia, mas tentar captar e compreender a sua atmosfera, que será fundamental em meio ao desenrolar dos fatos, dos depoimentos e de sua presença, que pode ser vista sobretudo a partir das imagens e respectivas reverberações, ainda que apresentadas a partir de um recorte no presente trabalho. E, de início, nosso intuito não é o de estabelecer nenhum movimento histórico voltado à explicitação detalhada das condições e das forças de emergência da CPI da COVID-19; isso porque, a partir da compreensão de *stimmung*, e tendo em vista os intuitos deste trabalho, apostamos ser suficiente retomar, brevemente, as atmosferas presentes no próprio dia de instalação da CPI, a

partir da retomada de algumas manchetes presentes em jornais de grande circulação do país.

Naquele dia 27 de abril de 2021, de acordo com buscas rápidas no *Google*<sup>5</sup>, diversas eram as manchetes, e fazemos um destaque para as seguintes: o então Ministro da Economia, Paulo Guedes, alegava que o Estado “quebrou” e que seria “impossível” atender a demanda crescente na saúde<sup>6</sup>, além de culpabilizar o aumento da expectativa de vida pela situação do setor de saúde<sup>7</sup>. Ainda em se tratando de saúde, tínhamos a recente descoberta de que o governo havia recusado<sup>8</sup> 11 ofertas de vacina, número que acabou sendo atualizado posteriormente, para 14 vezes. As notícias possuem em comum o fato de terem a mesma data, 27/04/21, e a busca teve como objetivo reforçar o contexto daquele momento inaugural da CPI da Pandemia, evidenciando que, ao olharmos para as principais notícias daquele dia, com chamadas de diversos veículos jornalísticos, avoca atenção o fato de que refletem também condições precárias, ainda que não necessariamente causadas pela pandemia, mas definitivamente agravadas por ela e o governo, como a avaliação que aponta regressão na aprendizagem dos estudantes<sup>9</sup>; os 34 milhões de brasileiros que ainda não tinham acesso a bancos<sup>10</sup>; e o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) que apresentou alta de 0,60% em abril de 2021<sup>11</sup>.

Naquele contexto, a instauração da CPI da Pandemia também foi noticiada, e assim começou a ser pautada como concreta e não mais de um modo especulativo. Quanto a isso, vale lembrar que a falta de oxigênio em Manaus (AM), que ocorreu em janeiro do mesmo ano, junto a notícias relacionadas à vacina (sejam as doses

---

<sup>5</sup> Ferramenta popular de mecanismo de busca online.

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/27/guedes-diz-que-estado-quebrou-e-que-vai-ser-impossivel-atender-demanda-crescente-na-saude.ghtml> . Acesso em: 19/06/2023.

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/04/27/internas\\_economia,1261017/guedes-culpa-aumento-da-expectativa-de-vida-pela-situacao-do-setor-de-saude.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/04/27/internas_economia,1261017/guedes-culpa-aumento-da-expectativa-de-vida-pela-situacao-do-setor-de-saude.shtml) Acesso em: 19/06/2023.

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml> Acesso em: 19/06/2023.

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2021/04/estudantes-tiveram-regressao-na-aprendizagem-durante-a-pandemia-diz-avaliacao.shtml> Acesso em: 19/06/2023

<sup>10</sup> Disponível em:

<https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/04/27/34-milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tem-acesso-a-bancos-no-pais.ghtml> Acesso em: 19/06/2023

<sup>11</sup> Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30575-ipca-15-fica-em-0-60-em-abril> Acesso em: 19/06/2023

em si, sejam atrasos das mesmas) também reverberavam em meio a atualizações de irresponsabilidades - como o fato de o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, ter recusado, até então, 11 vezes as ofertas recebidas pelo governo federal para compras de vacina; e o então Ministro da Economia, Paulo Guedes, ter culpado o aumento da expectativa de vida pela situação catastrófica do setor de saúde. Tais evidências fazem emergir a reflexão de que “devemos discutir por que motivo se tende a utilizar reiteradamente a falsa oposição entre “defender a vida” ou “defender a economia”, como se se tratasse de polos antagônicos” (CAPONI, 2020, p.215) ao invés de potencializar diálogos entre saúde e economia, por exemplo. Sendo assim, todas essas manchetes foram referentes a um único dia, naquele em que a CPI da Pandemia foi instaurada, e nos auxiliam a refletir os quão surreais não vinham sendo os acontecimentos e a energia caótica daquele período.

E pontualmente, enquanto a CPI da Pandemia apurava questões de negligência do governo com relação ao enfrentamento da pandemia, revelava também lógicas do bolsonarismo, além de oferecer uma visão diferente da pandemia, e de outras lógicas no enfrentamento desta. Ademais, ponderar sobre essa visão diferente da pandemia foi possível ao considerarmos o contexto muito peculiar de isolamento social e o cenário contemporâneo de intensificação das lógicas de midiaticização, que propiciaram caracterizar a pandemia da COVID-19 a partir de práticas sociais e disputas novas, vivenciadas socialmente nos contextos brasileiros.

Nesse sentido, a CPI pode ser tomada como instância regimental do Poder Legislativo, cujas interações, nos contextos comunicacionais afetados, produziram-se a partir de lógicas de visibilidade intensificadas e pela produção de uma ambiência comunicacional pública, marcada por muitas peculiaridades e emergências - em meio às quais novos processos interpretativos foram publicamente disponibilizados, a partir de novos campos hermenêuticos constituídos por angulações, agentes e percepções públicas, revelando elementos de um contexto publicamente afetado por escolhas de enfrentamento da pandemia pelo Poder Executivo Brasileiro. A partir desta breve contextualização, o problema de pesquisa desta dissertação é: *como a CPI da Pandemia permitiu a emergência de novos campos hermenêuticos que confrontaram as visões da circulação de sentidos do governo federal, nos contextos públicos brasileiros?*

A conformação do problema de pesquisa parte de algumas premissas. A primeira delas volta-se a compreender a CPI como um dispositivo, conforme aponta Braga (2020), conformado por determinadas lógicas organizacionais e regimentais do Poder Legislativo. Assim sendo, como segunda premissa, interessa-nos compreender que tais lógicas foram balizadas a partir dos contextos brasileiros pandêmicos, em meio aos quais os processos de mediação (BRAGA, 2012) foram intensificados, em função das práticas de isolamento social, fomentadas pela própria OMS (e ainda que contestadas pela visão do Executivo Brasileiro). A partir disso, como terceira premissa, buscamos compreender como a CPI reverberou-se junto aos contextos públicos brasileiros, estabelecendo uma disputa de sentidos sobre a pandemia a partir de novas ofertas na construção da informação pública, posta em circulação em redes sociais e por veículos jornalísticos das instituições de mídia. Nesse lugar, assumimos, portanto, que as informações públicas sobre a Pandemia, afetadas por processos mediados de comunicação oferecidos pela CPI da COVID-19, carregavam, em si mesmas, potenciais de aprendizagem social sobre os modos de enfrentamento daquele cenário, revelando novas possibilidades de (re) configuração da pandemia nos contextos brasileiros.

Sendo assim, em consonância com o problema de pesquisa ora apresentado, o objetivo geral desta dissertação é compreender como a CPI da Pandemia permitiu a emergência de novos campos hermenêuticos que confrontaram as visões da circulação de sentidos do governo federal, nos contextos públicos brasileiros. E como objetivos específicos, que serão apresentados enquanto capítulos do presente trabalho, nos propomos a: 1) investigar e analisar a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional, marcado pela mediação, pela serialidade e pela emergência de novos campos hermenêuticos; 2) situar e apontar as relações de poder tensionadas pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia frente à informação pública, com foco nas disputas de sentido instauradas em torno da vacina; e 3) compreender como tal dispositivo organizacional fez emergir, publicamente, um lugar de circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19.

## **1.2. Justificativa, metodologia e estruturação da dissertação**

Neste lugar, o presente trabalho se justifica, considerando sua vinculação acadêmica ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade

Federal de Viçosa (UFV), na linha de pesquisa *Educação, Instituições, Memória e Subjetividade*, esta que

realiza estudos e pesquisas sobre questões referentes à produção de subjetividade, estudos nos cotidianos, processos instituintes, tempo, memórias, culturas e tecnologias envolvendo processos educativos formais e não-formais em diferentes instituições. Investiga os modos de construção da experiência de realidade em sua complexidade – nos aspectos históricos, políticos, tecnológicos, sociais e emocionais – problematizando diferentes, e muitas vezes singulares, modos de existir nos cotidianos das práticas educativas. Projetos desta linha abordam temáticas como vida estudantil, tecnologias na educação, mudanças sociotécnicas no trabalho e na educação, história das instituições de ensino, complexidade e estudos nos/com/em cotidianos escolares (Site PPGE-UFV, 2023).

Dessa forma, o trabalho busca tecer relações entre formas de aprendizado que emergiram no contexto da pandemia COVID-19, perpassando pelas instituições, por memórias e por subjetividades em processos não-formais de educação; além de abordar sujeitos, interpretar sentidos e reconhecer aprendizagens em meio a este contexto atravessado por organizações, mídias e projetos de futuros pós-pandêmicos, o que por sua vez também possibilita diálogos situados numa interface entre os campos da Comunicação e da Educação. Nesse lugar, é possível observar, portanto, que tais tensões implicam em múltiplos interesses, sendo imprescindível pensar em como isso acontece nos contextos midiáticos contemporâneos. Por tudo isso, debates e disputas sustentam o aprendizado, de modo que os processos de aprendizagem não estão restritos à escola e às campanhas apenas; eles também estão e se formam nas visões de mundo em disputa:

Inicialmente, é preciso evitar (pois é isso que queremos superar) qualquer assimilação entre o aprender nos processos mediáticos e o das aprendizagens escolares. Aprende-se de outro modo, outras coisas. Eventualmente, nem se percebe ou se explicita isto como “aprender” (justamente porque estamos habituados com o sentido escolar-educacional dessa palavra). Nesse sentido, seria mais próximo ao aprender cultural: as pessoas não refletem normalmente sobre o que estão “aprendendo”, como, ou por que. Apenas vão “sabendo” as coisas (BRAGA, 2001, p.6).

Nesse sentido, é fundamental que as pessoas “vão sabendo” das coisas, sobretudo as que cumprem com todos os requisitos de noticiabilidade, que se voltam ao interesse público, que representam simbolicamente uma espécie de “salvação” em um contexto marcado por desinformações das mais graves e diversas. Ademais, reforçando a conjuntura de uma universidade pública e a importância de defendê-la,

o trabalho apresenta a dedicação no período do mestrado para tentar compreender um fenômeno que é tão cotidiano; que está presente em diferentes tecnologias, como computadores, televisores e celulares; e que interfere nos modos como *vivenciamos e aprendemos sobre a* pandemia e o quanto estes modos são notadamente postos e interferidos pelas organizações - neste caso, como foco no próprio Poder Legislativo Federal.

Enquanto justificativa social, podemos refletir sobre o que propriamente esse estudo significa nos contextos contemporâneos, no âmbito de uma universidade pública, visto que políticas públicas envolvendo Ciência, Tecnologia e Inovação infelizmente têm sido precarizadas em várias áreas do conhecimento e sobretudo nas humanidades. Entretanto, ainda que exista uma evidente falta de incentivo e uma visível ausência de bolsas, fomentada nos últimos quatro anos, é inegável que estar em uma universidade pública é ser financiado por dinheiro público. Nesse sentido, a possibilidade de proporcionar, por meio deste estudo, algumas respostas sociais para uma questão muito urgente, como a participação das organizações na pandemia, representa também um retorno à população, uma vez que visamos, para além de tais respostas, tentar observar igualmente a dimensão dessa sensibilidade: sem sombra de dúvidas, as aprendizagens ofertadas em meio às informações públicas disponibilizadas sobre a pandemia da COVID-19, a partir da conformação da CPI pelo Poder Legislativo Federal, evidenciam-se como materiais valiosos à problematização e à compreensão dos próprios contextos brasileiros, até então conduzidos por um Poder Executivo com práticas negacionistas, fascistas e neoliberais.

Como justificativa científica, foi realizada uma pesquisa de Estado da Arte, fundamental para a construção da angulação aqui proposta. Em decorrência das mudanças no projeto inicialmente defendido<sup>12</sup>, tal pesquisa se encontra em apêndice, uma vez que, à ocasião, ainda não tínhamos definido a CPI como recorte empírico-analítico. Em linhas gerais, como poderá ser vislumbrado em tal apêndice, quando realizamos o Estado da Arte desta pesquisa, não encontramos nenhum estudo apresentando, de modo específico, nuances sobre o que pretendemos com o

---

<sup>12</sup> Em função do caráter atual dos nossos objetos, o percurso teve inúmeras alterações, uma vez que acompanhamos a CPI da Pandemia em tempo real, praticamente; e cada atualização implicava também em um ajuste para o trabalho, este que, até a etapa de defesa do projeto de dissertação, era intitulado: “Como se aprende sobre a pandemia da COVID-19 no Twitter? Organizações, polarização e horizontes pós-pandêmicos”.

problema de pesquisa deste projeto. Encontramos estudos dissertando sobre organizações, ciência, desinformação, dentre outros temas; contudo, não foram encontrados estudos que buscavam problematizar a CPI da Pandemia enquanto uma emergência posta pelas lógicas organizacionais do Poder Legislativo, frente às urgências impostas por tal cenário; nem vislumbradas pesquisas que buscavam compreender tanto a CPI, como as próprias organizações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário Brasileiros, sob uma perspectiva da aprendizagem social - esta que dialoga com a proposta de aprendizagem de Braga (2001) e que considera, portanto, o âmbito das mídias como espaço de emergências, resultantes de processos de aprendizagem múltiplos, difusos e espalhados socialmente.

Dessa forma, nos propomos a atentar para uma dimensão que visa compreender a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional constituído por lógicas da mediatização, interferindo nos modos de se aprender não apenas sobre a COVID-19 em si e/ou sobre informações técnicas sobre o vírus SARS-CoV-2, mas, sobretudo, sobre modos de experimentar publicamente esse vírus e essa doença, junto às tensões que envolvem esse aprendizado - com foco, sobretudo, num futuro, em que a vida busca continuar e seguir seu fluxo.

De tal sorte, recorreremos a uma proposta de apreensão de tal fenômeno que pudesse nos auxiliar, metodologicamente, na abordagem do problema de pesquisa ora elaborado. Assim, admitimos a CPI como um dispositivo organizacional (como será mais detalhado conceitualmente no capítulo 1), que se apresenta publicamente nos contextos de uma sociedade mediatizada, em diversas materialidades da comunicação (GUMBRECHT, 2010), em meio às quais os efeitos de sentido são as interpretações possíveis diante do que está posto na CPI; e os efeitos de presença se apresentam como a vivência de atmosferas que emergem, em que algumas questões podem aparecer e outras podem ficar latentes. Nesse lugar, nosso esforço de desentranhamento do comunicacional, como aponta Braga (2008), revela-se na busca não apenas do sentido da pandemia ou da CPI da Pandemia em si, mas também de sua presença, que será vista sobretudo a partir de indícios - tais como imagens, textos, vídeos, etc. - Daquilo que a CPI da Pandemia fez aparecer e reverberar, utilizando para tal, o paradigma indiciário de Braga (2008).

Apesar da proximidade com o concreto, o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios

– mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empiricista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos (BRAGA, 2008, p.78).

Portanto, ao utilizar o paradigma indiciário (Braga, 2008), nosso objetivo não é gerar interpretações gerais nem finalísticas, mas sim, buscar indícios que nos ajudem a tensionar o nosso problema, a partir da produção de inferências que possam ser apreciadas e socializadas nas comunidades científicas de interesse desta pesquisa.

Assim, propomos analisar indícios presentes em materialidades da comunicação, estas que podem ser compreendidas, de acordo com Gumbrecht (2010), por suportes produtores de efeitos de sentido e efeitos de presença, sendo importante “compreender que a ênfase do livro em ‘presença’, ‘produção’ e ‘coisas do mundo’ não condena nenhum modo de relação com o mundo que tome o sentido como ponto de partida” (GUMBRECHT, 2010, p.14); e que, por tais termos, a proposta não visa olhar para o dispositivo organizacional da CPI da Pandemia apenas a partir de sentidos que, supostamente, possam dela ser extraídos. Tal movimento metodológico - e também epistêmico - nos convida a entender que indícios sobre a CPI, postos em circulação nos contextos de materialidades da comunicação, produzem tanto efeitos de sentido, quanto de presença:

A satisfação desse desejo, porém, não deverá acontecer por meio de uma simples substituição do sentido pela presença. Em última análise, o que este livro defende é uma relação com as coisas do mundo que possa oscilar entre efeitos de presença e efeitos de sentido. No entanto, só os efeitos de presença apelam aos sentidos – por isso, as reações que provocam não têm nada a ver com *Einführung*, isto é, com imaginar o que se passa no pensamento da outra pessoa (GUMBRECHT, 2010, p. 15).

Pensando nas materialidades da comunicação, em meio às quais se expressaram indícios sobre a CPI da Pandemia, há, portanto, uma compreensão de um gesto estético - sendo válido destacar “a experiência estética como uma oscilação (às vezes, uma interferência) entre ‘efeitos de presença’ e ‘efeitos de sentido’” (GUMBRECHT, 2010, p. 22). Desse modo, aderimos, enquanto corpus do trabalho, a indícios presentes em materialidades da comunicação, entendendo tais indícios tanto como notícias de jornais, quanto a expressão comunicacional de pessoas e outras instituições, em reverberação nas redes sociais - *Twitter* e

*Instagram* mormente - com intuito de entender o tensionamento mediatizado que se deu entre as informações, e correspondendo a uma lógica metodológica que consiga apreender a própria mediatização.

Dessa forma, tal aleatoriedade, assumida como premissa e condutora do próprio processo de escolha de tais indícios - a partir do próprio lugar social da pesquisadora, bem como de suas impressões enquanto ser mergulhada nesse mundo comunicacional permitido pelas lógicas mediatizadas contemporâneas - será utilizada como parâmetro até o momento de fechamento dessa dissertação, visto que cada capítulo então delineado apresentará seus próprios indícios, a partir das discussões conceituais neles realizadas.

Como corpus, temos, de modo geral, alguns indícios até então já selecionados configurados como: a) imagens - fotos em circulação, produzidas e extraídas da própria CPI da Pandemia; b) notícias - produções textuais e jornalísticas, responsáveis por ativar uma circulação pública de informações sobre a CPI, bem como por atribuir determinadas angulações nas formas de abordagem de tal fenômeno; e c) memes produzidos por pessoas comuns e também postos em circulação sobre a CPI da Pandemia, presentes, sobretudo, em redes sociais digitais - embora também postos em circulação junto a notícias. A seguir, apresentamos um quadro com a quantidade de indícios coletados e utilizados na dissertação, para a escrita dos capítulos:

Quadro 1 - Seleção quantitativa de indícios.

<b>Indícios</b>	<b>Quantidade</b>
Imagens	79
Notícias	63
Memes (redes sociais)	57

Fonte: Construção da pesquisa (2023).

Tais indícios, aqui apresentados, foram coletados entre o período de dezembro de 2022 a julho de 2023 (período em que o segundo capítulo foi escrito), e foram selecionados a partir dos modos como se relacionavam diretamente à CPI da Pandemia, sobretudo em suas capacidades de produzir efeitos de presença, por se destacarem em meio a outros. Obviamente, reconhecemos que os efeitos de

presença não podem ser generalizados, e que se constituem como recortes localizados no modo como tal dissertação foi construída, a partir das formas pelas quais sua pesquisadora autora tem sido afetada. Contudo, antes do que buscar a generalização de tais indícios como típicos ou centrais, como aponta Braga (2008), o esforço metodológico é o de considerar que tais indícios se apresentam como possibilidades de problematização para muito além das realidades particulares de coleta e de afetação; mas como responsáveis por permitirem a produção daquilo que o pesquisador aponta como inferências de campo, quais sejam: reflexões e apreciações que indicam potencialidades capazes de produzir leituras possíveis, para muito além do recorte escolhido, dialogando com situações contextuais mais amplas (ainda que presumidas - nunca totalmente alcançáveis - num gesto de interpretação dos dados).

O trabalho de busca por indícios se mostrou desafiador. Como primeiro gesto, destacamos a necessidade de escolha dos locais em que tais indícios seriam coletados. Sendo assim, optamos por realizar um processo de busca nas plataformas do *Instagram* e do *Twitter*, a partir do seguinte processo: em primeiro lugar, foi utilizado o mecanismo de busca das próprias plataformas, no qual foram dispostas as palavras-chave CPI, pandemia, COVID-19; em segundo lugar, o gesto foi o de mergulho nos milhares de indícios que apareceram, tentando perceber quais dentre aqueles chamariam mais a atenção, em função de seus efeitos de presença; em terceiro lugar, foram selecionados os indícios pesquisados, abrindo-se uma pasta no computador com todos os links e capturas de tela, e em seguida subpastas organizadas por categorias temáticas ou por momentos do indício em relação ao contexto da CPI. Por exemplo, depoimentos que tiveram mais memes, comentários, reverberações de um modo geral, chamaram a atenção e foram fundamentais para a escolha e a classificação de duas grandes temáticas que atravessaram a CPI - a vacina e as vítimas. Tais temáticas, em meio aos diálogos propostos, tornaram-se objetivos específicos, este que, por sua vez, se desdobram respectivamente nos capítulos 2 e 3 da presente dissertação.

Em quarto lugar, visando contribuir aos recortes que seriam estabelecidos, foram buscados os efeitos de presença que “ativavam” alguma memória corriqueira na pesquisadora autora, que já haviam sido percebidos enquanto não apenas pesquisadora, mas telespectadora da CPI e jornalista atenta às conversas informais em filas de padaria e praças da cidade - pois a atmosfera era de “quem vai depor

hoje” e/ou “você viu o depoimento do fulano e a resposta que o ciclano deu? ”. Então, à medida em que a pesquisadora olhava para os indícios coletados, também retomava a essa experiência enquanto um critério de seleção e prioridade do que seria utilizado de fato, visto os vastos arquivos amalhados.

E por fim, em quinto lugar, uma espécie de confirmação com relação às escolhas foi proposta a partir da busca por momentos selecionados na plataforma de busca Google, para que fosse possível identificar matérias jornalísticas sobre e/ou relacionadas, bem como imagens em melhor qualidade, pois nessa etapa já se sabia o que se estava buscando (a partir das escolhas anteriores). Por exemplo, o então Governador de São Paulo, João Doria, protagonizou momentos em defesa da vacina e esse foi um indício coletado - a partir daí, foi possível também pesquisar adicionando o nome João Doria às buscas, a fim de aperfeiçoar o que seria utilizado relacionado ao então governador.

De tal sorte, esta dissertação, se estrutura pelas seguintes partes, para além desta introdução. No capítulo 1, intitulado *Pandemia da COVID-19 como acontecimento e CPI da Pandemia como dispositivo organizacional: mediação, serialidade e a emergência de novos campos hermenêuticos*, buscamos responder ao primeiro objetivo específico deste trabalho. Nele, procuramos compreender como o acontecimento da pandemia e, sobretudo, como os modos pelos quais o Poder Executivo federal lidou com suas consequências em território brasileiro provocaram a emergência da CPI da Pandemia. Neste lugar, buscaremos tomar tal CPI enquanto dispositivo organizacional, afetado pelos processos de mediação contemporâneos, em meio aos quais lógicas de serialidade, instituídas por processos de visibilidade então instaurados, provocaram a emergência de novos campos interpretativos sobre a própria pandemia.

Em seguida, no Capítulo 2, intitulado *CPI da Pandemia e relações de poder frente à informação pública: a evidência da disputa de sentidos em relação à vacina*, buscamos atender ao segundo objetivo específico desta dissertação. No capítulo, buscamos abordar as relações de poder frente à informação pública disponibilizada sobre a própria pandemia, explicitando lógicas e tensões envolvidas e reveladas nos indícios e materialidades utilizados. Nesse lugar, é importante destacar o quanto a CPI da Pandemia fez aparecer uma disputa socialmente posta em relação aos processos de vacinação, até então tomados como gestos supostamente ineficazes e desacreditados pelo Poder Executivo federal.

Por fim, buscamos no Capítulo 3, intitulado *CPI da Pandemia e a emergência de uma circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19*, atender ao terceiro objetivo específico desta dissertação. No capítulo, buscamos compreender como a CPI da Pandemia, tomada enquanto dispositivo organizacional, fez emergir, publicamente, um lugar de circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19. Dessa forma, abordamos as lógicas neoliberais e necropolíticas, bem como refletimos se há espaço para as vítimas em meio a tais lógicas, além de enfatizar como a CPI foi capaz de também combater *fake news* e expor vazios negacionistas, através dos testemunhos estratégicos e humanos.

## **2. PANDEMIA DA COVID-19 COMO ACONTECIMENTO E CPI DA PANDEMIA COMO DISPOSITIVO ORGANIZACIONAL: MEDIATEZACÃO, SERIALIDADE E A EMERGÊNCIA DE NOVOS CAMPOS HERMENÊUTICOS**

Ao propor compreender a pandemia da COVID-19 enquanto um acontecimento, consideramos principalmente as noções de acontecimento por Quéré (2005) e Deleuze (2007), e, para além do acontecimento, buscaremos tomar a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional, (re) configurando cenários e possibilitando o aparecimento de novos campos hermenêuticos. Tal entendimento parte de reflexões de Braga (2020) e Baldissera (2009) sobre tentativas de aproximações conceituais entre a noção de dispositivo e uma conceituação possível sobre comunicação organizacional. Para além disso, destacamos também as noções de mediação, em Braga (2021), e de serialidade, em Martín-Barbero (2008), para buscar delinear o modo como a CPI da Pandemia será caracterizada como dispositivo organizacional. Após tais definições conceituais, buscamos tensionar indícios escolhidos para compreender como os contextos contemporâneos mediados em que a CPI emergiu foram essenciais para a construção e a circulação de novos campos interpretativos sobre a própria pandemia, contrapondo as lógicas de ação então assumidas pelo Poder Executivo federal.

### **2.1 A pandemia da COVID-19 como acontecimento**

Tomar o acontecimento como um fenômeno da experiência caracterizado por Deleuze (2007), definidor não apenas da existência, mas também dos horizontes e da história, torna-se um gesto fundamental à compreensão de que o acontecimento ocorre no presente, cuja intensidade pode ser detonadora de forças emocionais, responsáveis por atualizar tanto a história quanto os horizontes futuros. Dessa forma, tal fenômeno emerge e possui como tendência sempre voltar, estando em constante *devenir* – compondo e intensificando nossa existência: nesse lugar, os acontecimentos são singulares e desestabilizam o sentido que outrora era considerado um sentido único. Dito por outras palavras, o que antes era visto como uma única direção passa a ser entendido como múltiplas possibilidades de direção:

Na nossa experiência individual ou social, confrontamo-nos com acontecimentos de natureza diferente. Por isso temos, espontaneamente, a intuição da existência de diversas categorias de acontecimento. Há aqueles que ocorrem independentemente da nossa vontade e nos caem em cima contra toda a expectativa e aqueles cuja ocorrência provocamos e, melhor ou pior, controlamos, na maior parte das vezes, com objetivos estratégicos. Há aqueles que se produzem devido às modificações que, em permanência, atingem as coisas e aqueles que sucedem conosco. Há aqueles que ocorrem no dia-a-dia, sem que lhes atribuamos um valor particular e aqueles que se revestem de especial importância. Que são mais marcantes, ao ponto de poderem tornar-se referências numa trajetória de vida, individual ou colectiva, na medida em que correspondam a experiências memoráveis e, até mesmo, a rupturas ou a inícios. Podemos também diferenciar os acontecimentos em função do seu poder de afectar os seres e de impregnar as situações de qualidades difusas que as individualizam. (QUÉRÉ, 2005, p.59)

São diversas as naturezas do acontecimento, e Quéré (2005) ressalta a importância de considerar o lugar do acontecimento na organização da experiência, seja ela individual, seja coletiva - como um gesto que busca colocá-lo na ordem do sentido, inscrevendo a ação numa dinâmica em que a passibilidade do acontecimento e o seu poder hermenêutico (de interpretação) desempenham um papel mais importante do que a motivação dos sujeitos. Neste lugar, o intelectual francês toma a noção de acontecimento não enquanto um fato acabado no mundo, e sim como uma possibilidade inaugural, visto a capacidade de marcar inícios e fins de processos:

O acontecimento assim apreendido já não é só um fato no mundo, composto de dados atuais e suscetível de ser explicado casualmente ou interpretado à luz de um contexto. Produz-se contra toda a expectativa ou previsão. Abre possíveis e fecha outros. Revela eventualidades e potencialidades que não estavam prefiguradas no mundo antes do acontecimento – nunca se tinha imaginado que tais coisas pudessem passar-se e com tais consequências (QUÉRÉ, 2005, p. 69).

Neste lugar, os processos interpretativos que são convocados pelo acontecimento não se tratam apenas de movimentos contemplativos, uma vez que os acontecimentos têm o poder de nos afetar e de nos fazer enfrentá-los, propiciando que a sua recepção pública instaure um campo problemático (que provoca os sujeitos - “O que é isso? Como isso pode acontecer? ”) bem como estrutura um campo prático ao seu redor (“Como dar conta desse acontecimento? O que fazer? ”), entendendo que: “a comunicação não é tomada como atribuição que estimula e gera campos problemáticos, mas como possibilidade mesma da

conformação de uma interação pública sempre indeterminada, aberta, inusitada. ” (MAFRA, 2011, p.36). Nesse lugar, é possível compreender como o acontecimento instaura-se a partir da emergência inevitável e co-constitutiva de um campo problemático, conforme aponta Deleuze (2007, p.57;59):

O modo do acontecimento é o problemático. Não se deve dizer que há acontecimentos problemáticos, mas que os acontecimentos concernem exclusivamente aos problemas e definem suas condições. [...] Um problema, com efeito, não é determinado senão pelos pontos singulares que exprimem suas condições (...). Não se pode falar dos acontecimentos a não ser nos problemas cujas condições determinam. Não se pode falar dos acontecimentos senão como de singularidades que se desenrolam em um campo problemático e na vizinhança das quais se organizam as soluções.

Sendo assim, um problema, além de ente formado por múltiplos elementos constitutivos, pode ser compreendido como disposto em uma relação de integração, podendo ao mesmo tempo estar entrelaçado a outros problemas, o que Quéré (2005) aponta ser então um *campo problemático*. E tais campos problemáticos tendem a ser corriqueiros, já que fazem parte da nossa trama cotidiana de vida, em suas mais diversas formas.

Tal como se integram nas intrigas, contribuindo para o seu desenvolvimento, os acontecimentos ganham um lugar em campos problemáticos e servem, pelo seu poder de esclarecimento e de discriminação, de pivots dos inquiridos que procuram e elaboram soluções (QUÉRÉ, 2005, p.80).

Por essa perspectiva, é possível assimilar que os acontecimentos são dotados de singularidades e tendem a conceber campos problemáticos, e, em função disso, também campos hermenêuticos (interpretativos), estes que, a partir da instalação de enquetes e de investigações socialmente distribuídas, contribuem para a promoção da ampliação dos horizontes possíveis, na compreensão e na vivência de uma experiência em diversos contextos comunicacionais.

No caso do presente trabalho, entendendo a pandemia como um acontecimento, salientamos que tal fenômeno não está sendo caracterizado como um problema em si, mas enquanto um acontecimento, cujas singularidades são expostas justamente em um campo problemático. Neste lugar, buscamos problematizar como a CPI da Pandemia, enquanto arranjo institucional competente a uma organização legislativa, mostrou-se como resposta de um contexto afetado pelo acontecimento, e dirigiu-se, junto aos cenários comunicacionais brasileiros, a buscar oferecer novas interpretações à própria pandemia enquanto acontecimento, num

gesto de enfrentamento às interpretações produzidas pelas irresponsáveis falas oficiais do governo federal.

Dito por outras palavras, buscamos compreender como a CPI buscou modificar a forma como sujeitos e instituições, nos contextos brasileiros, interpretavam e lidavam, em seus campos práticos, com a própria pandemia, fiscalizando as formas de enfrentamento de tal acontecimento por parte do Poder Executivo federal, refletindo um cenário interacional público, aberto e inusitado, diante de uma multiplicidade de elementos constitutivos que estabeleceram campos problemáticos em meio à pandemia. No próximo tópico, buscamos, portanto, tomar a CPI como um dispositivo organizacional, emergente não apenas a partir de determinações jurídico-legais, mas, sobretudo, por ganhar força pública em função das lógicas contemporâneas de mediação.

## **2.2. CPI como dispositivo organizacional e sua constituição por lógicas da mediação: circulação de sentidos, oscilações e simultaneidades da/na comunicação organizacional**

Ao considerarmos a CPI enquanto um dispositivo organizacional, utilizamos como principal referência a noção de Braga (2020, p. 19), entendendo dispositivos como

arranjos que, implantados socialmente, se tornam reconhecíveis para os fins e objetivos a que servem como estratégia. Como é evidente, não posso reduzir dispositivos como “conversa”, “artigo”, a aspectos disciplinares ou de controle. Certamente podem ser acionados nestas tonalidades, mas isso surgirá na análise de sua especificidade – não há ganho de conhecimento em pretender de modo apriorístico a presença de poderes como se fossem determinantes. O que me interessa, de modo abrangente, é perceber suas lógicas interacionais.

E também tendo clareza de que conceitualmente nos aproximamos de Braga (2020), o referido autor considera que a palavra dispositivo, como muitas outras acionadas no eixo de debates, pode ser usada em diferentes acepções e “não cabe decidir, entre duas leituras, a certa e a errada, como se o uso devesse corresponder a uma verdade superior. Trata-se apenas de observar o que cada autor procura fazer e direcionar com a expressão” (BRAGA, 2020, p.24).

Portanto, cabe em meio ao nosso direcionamento proposto de tentar compreender a CPI da Pandemia enquanto um dispositivo organizacional, estabelecer a necessária ressalva de que se trata de um dispositivo cujas lógicas

interacionais foram motivadas por um jogo político, principalmente, e não necessariamente voltado à produção de valores e justiça. Pensando nesse dispositivo organizacional, percebemos que seu valor heurístico, no conjunto, é “o de estudar processos que setores diversos da sociedade, em função de seus problemas e objetivos (conforme os percebem), organizam, dispõem e articulam, em busca dos resultados pretendidos” (BRAGA, 2020, p.14).

Tal gesto não implica em uma significação histórica dos dispositivos, mas

a percepção de que o que é tomado como “dispositivo” é uma coisa “montada”, é um arranjo (que, conforme as circunstâncias, poderia ter sido outro). Existe na história – e não na natureza das coisas. Correlatamente, em vez de buscar uma explicação apriorística fechada, isso estimula uma curiosidade pelo surgimento do processo e uma crítica focada em suas lógicas específicas – assumindo que a melhor crítica é a que percebe substancialmente as lógicas da coisa criticada (BRAGA, 2020, p.15).

Um dispositivo organizacional que funciona na Câmara, conforme já vimos, e que compõe o regimento do Senado, é fruto de um arranjo de forças que vem do próprio jogo político contextualizado daquele momento pandêmico: diante de tamanha irresponsabilidade por parte do governo federal ao conduzir o enfrentamento à pandemia, destacando a questão das vacinas e da falta de oxigênio em Manaus (AM), a CPI da Pandemia<sup>13</sup> surge em meio a este contexto marcado por inúmeros momentos de negacionismo e aparência pública deste jogo neofacista e necropolítico do governo, e visa tentar instituir uma outra dinâmica social no contexto da pandemia, novas e singulares lógicas.

Tal evidência reforça a necessidade de não termos um olhar ingênuo acerca do contexto e das diversas estratégias que o permeiam, elucidando tensões, forças, lógicas, visto que é importante aprender com o que estamos lidando e/ou analisando. É nesse lugar que podemos compreender as lógicas interacionais da CPI da Pandemia tomada enquanto dispositivo, a partir de um certo conjunto de estudos emergentes no campo da comunicação nos contextos organizacionais.

Quanto a isso, podemos compreender que a comunicação organizacional representa um campo experiencial, pautado por esforços estratégicos e também por interações informais e espontâneas, no que diz respeito sobretudo às relações entre públicos e organizações, justamente por suscitar as forças e tensões resultantes

---

<sup>13</sup> Lembrando que estamos lidando com as singularidades desta CPI e que nem todas são consideradas dispositivos organizacionais a partir dessas lógicas, descritas no capítulo e basilares à compreensão de toda a dissertação.

dessa interação. Pode ser entendida, a partir do paradigma da complexidade, como processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais (BALDISSERA, 2009); como também pela concepção de Kunsch, que parte de uma perspectiva integrada, entendendo que:

Comunicação organizacional, como objeto de pesquisa, é a disciplina que estuda como se processa o fenômeno comunicacional dentro das organizações no âmbito da sociedade global. Ela analisa o sistema, o funcionamento e o processo de comunicação entre a organização e seus diversos públicos. “Comunicação organizacional”, “comunicação empresarial” e “comunicação corporativa” são terminologias usadas indistintamente no Brasil para designar todo o trabalho de comunicação levado a efeito pelas organizações em geral. Fenômeno inerente aos agrupamentos de pessoas que integram uma organização ou a ela se ligam, a comunicação organizacional configura as diferentes modalidades comunicacionais que permeiam sua atividade (KUNSCH, 2003, P. 149).

E entendendo também que a comunicação organizacional não é apenas um fenômeno centralizado nas organizações, temos o aporte teórico de Henriques (2017), que ressalta outro importante polo desse “organizacional”: os públicos. Encontram-se, em mais diversas temáticas, as expectativas, as dinâmicas, as forças e as tensões resultantes da ligação entre organização e públicos, ou seja: nossos cotidianos contemporâneos são notadamente afetados pela presença das organizações no que se refere ao trabalho, ao lazer, à formação, às experiências coletivas. Dessa forma, no que tange aos aprendizados e novos campos hermenêuticos não seria diferente.

Portanto, o presente item visa discutir também o lugar das organizações na vida pública, junto às respectivas forças e tensões provenientes de tal - sendo necessário também pensar as organizações em seus respectivos contextos contemporâneos, orientadas por projetos de modernidade:

A circunscrição dos espaços organizacionais como gesto privilegiado à consumação da vida social contemporânea é movimento que sinaliza, antes de tudo, a materialização de modos de existir eminentemente orientados por um projeto moderno. Dito por outras palavras, a lógica de constituição da vida moderna, pautada por âmbitos de governabilidade, de produção/reprodução da vida material e de fundamentação/aperfeiçoamento técnico-epistêmico, ganha forma e existência concreta a partir de organizações, aqui macro representadas, respectivamente, por três grandes esferas, sobre as quais emergem desenhos institucionais específicos: Estado, mercado e ciência. (MAFRA; MARQUES, 2019, p.2)

O projeto da vida moderna propõe demarcar todas as esferas cotidianas, com o que podem ser consideradas verdadeiras prescrições de vida que visam orientar-nos enquanto sujeitos, porém apresentam um tom imperativo ao invés de

sugestivo no que tange ao ideal de comportamento em contextos contemporâneos. E se esse projeto tem como intuito abranger nossas esferas cotidianas, orientando as três grandes esferas de poder principais: Estado, mercado e ciência - representando desta forma grandes estratos organizacionais que nos cerceiam, tal tendência se reproduz no que diz respeito às organizações de modo geral, em menor ou maior escala, das mais abrangentes às mais específicas, uma vez que certas condições serão comuns a todas.

É preciso observar, para além das próprias organizações, como elas se comunicam com os públicos, principalmente, mas sobretudo, como é a relação comunicacional exercida por elas. De cunho complexo, a comunicação organizacional é campo de diálogos e de conseqüentes forças/tensões que emergem junto a ele, tornando-se essencial em um debate sobre a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional:

Sem entrar no mérito da reflexão sobre tipologias organizacionais, é fato que os contextos democráticos exercem sobre as organizações considerável força social que as obriga a buscar meios voltados à sua legitimação pública, a partir de suas capacidades em emitir significações convincentes sobre sua própria existência - sua identidade. Dito por outras palavras, é a partir da tensão entre sustentar um mínimo de ordem/totalidade frente ao emergir de um desejo/uma pluralidade que as organizações são desafiadas, permanentemente, a constituírem processos sociais de identificação (MAFRA; MARQUES, 2015, p.10).

Em meio às expectativas contemporâneas existentes, a comunicação organizacional seria paradoxalmente um espaço que ora reflete interesse da organização nos públicos, ora é o próprio objeto de reflexão dos públicos. Ademais, por meio do campo da comunicação organizacional pode-se observar as tentativas de e os impedimentos a proporcionar diálogos e aprendizados frente aos mais diversos grupos - reiterando a importância do diálogo enquanto gesto correspondente às expectativas democráticas em meio aos contextos sociais modernos em crise que vivemos, gesto este que tende a gerar reflexões, visibilizar causas, produzir resultados e aprendizados.

Uma vez compreendidos os conceitos de dispositivo e do que estamos tratando enquanto organizacional, retomamos para nossa análise da CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional, e o destaque que Braga (2020) faz quanto à diferenciação da lógica interacional do dispositivo, e seu respectivo acionamento, que pode vir a ser controlador e disciplinador, como a comunicação,

por exemplo, pode ser utilizada para fins de opressão e também de libertação. Da mesma forma, lógicas interacionais podem se organizar em toda a gama, do excelente ao detestável, como ocorre também no campo da política - que inclusive, requer o cuidado em não confundir a política em si, com a política de opressores.

Acredito que perceber as lógicas interacionais segundo uma analítica e uma heurística do dispositivo com essa perspectiva é mais produtivo para o conhecimento do que atribuir a uma classe de objetos-e-processos do mundo o rótulo de “dispositivos”, por definição categorizados como “de poder”, dispostos genérica e necessariamente como impositivos e interiorizados no sujeito, e contra os quais é necessário assumir um *parti pris* de resistência. Na mesma perspectiva, não assumo o dispositivo como uma tendência modificadora incessante. Penso apenas que perceber as dinâmicas específicas de dispositivos é necessário (lembrando também que “modificar” pode aparecer em notação positiva ou negativa) porque é aí que distinguimos com mais clareza os processos interacionais em ação – defensáveis ou não. É importante conhecer as variações da realidade (BRAGA, 2020, p.40)

As variações da realidade e lógicas singulares da CPI da Pandemia a converteram em um dispositivo organizacional pelo fato de que ela provocava, acionava, disparava e permitia a emergência de interações num contexto organizacional. Nele, é possível entender a comunicação de acordo com a compreensão de Baldissera (2009): trata-se de um processo de construção e disputa de sentidos no âmbito das relações organizacionais. Isto posto, a CPI enquanto um dispositivo organizacional permite emergência de interações, que são feitas a partir de uma circulação da significação sempre em disputa. Portanto, buscamos compreender a CPI enquanto dispositivo organizacional que se apresenta como um acionador de interações, em meio ao qual se manifestam tanto falas oficiais quanto emergem públicos diretamente ou indiretamente implicados com o próprio Poder Legislativo.

Por consequência, temos que o dispositivo organizacional tende a ser atravessado por lógicas de mediação e pensar nestas lógicas requer o entendimento do contexto que, atualmente, agrupa a mediação em três grandes grupos e suas respectivas perspectivas, sendo eles: a corrente institucionalista (escandinava), a escola socioconstrutivista (alemã) e a tradição latino-americana, que nos é cara por enfatizar o processo de semiose humana e conceber que as lógicas de mídia(s)/mediação reconfigura(ra)m a sociedade (BALDISSERA E VINHOLA, 2020).

Dessa forma, é possível observar que a reconfiguração de tecnologias em outras práticas midiáticas, possibilitou a criação de condições para que qualquer ator (sujeito, organização ou grupo social) possa se apropriar e usar as técnicas e lógicas midiáticas, (BALDISSERA E VINHOLA, 2020) diferenciando do modelo que até então era estabelecido para as mídias -, o paradigma comunicacional, centrado na linearidade do modelo emissor → receptor. Porém,

ocorre que, com o advento da internet e a explosão da mediação digital, o chamado campo midiático é deslocado de sua posição central, pois o acesso irrestrito às técnicas e lógicas midiáticas dissipa esse elo organizador, quebrando o controle gerencial do campo dos media. Assim, essa “passagem” da linearidade à circularidade, ao colocar as esferas da emissão e da recepção em relações mais simétricas (inclusive em constantes trocas de papéis), admite a sensação de ruptura na arquitetura comunicacional. (BALDISSERA E VINHOLA, 2020, p.30)

Tal raciocínio nos possibilita compreender o impacto da midiatização e evidenciar sua relação com as organizações e o organizacional, através sobretudo da circulação, pois ao partir do entendimento de que as organizações também são culturas (redes de significação) e a circulação, por sua vez, é dispositivo central no processo de midiatização da sociedade. Temos, então, que “a circulação de significação não apenas se exerce sobre a sociedade, gerando ambiência midiatizada, senão que também é condição para a conformação da cultura organizacional” (BALDISSERA E VINHOLA, 2020, p.32).

Uma vez entendida tal associação, podemos acrescentar a questão da pandemia e refletir sobre quais os principais desafios advindos dessas relações se referem ao *organizacional* em cenários pandêmicos - em como e/ou o quanto as organizações vão se transformando em outras redes e em como e/ou o quanto a midiatização interfere nas organizações.

### **2.3 Midiatização e produção da polarização: traços de uma pandemia midiatizada**

Neste lugar, torna-se importante pensar também o quanto a midiatização atravessa a pandemia e a torna uma pandemia midiatizada, inédita nesse aspecto comparando-a, sobretudo, com a pandemia da gripe espanhola - esta última que costuma ser uma referência ao pensarmos e buscarmos por uma compreensão do que seja uma pandemia, visto que, historicamente, essa se destaca como uma

mortal e vasta circulação do vírus influenza no período de 1918 a 1920, que infectou cerca de um quarto da população mundial na época e estima-se que tenha vitimado 50 milhões de pessoas<sup>14</sup>. Em linhas gerais, entendemos que pandemias virais podem se assemelhar a gripes, entendendo estas como

uma doença de prevalência tão elevada que qualquer pessoa que viva neste planeta, seja na floresta, metrópole, ilha, continente, deserto ou nos polos, já teve contato mais de uma vez com aquela que talvez seja o paradigma de todas as viroses. É transmitida a partir do contato direto, pessoa-pessoa, por meio de secreções ou gotículas nasofaríngeas que o enfermo elimina tossindo ou espirrando (ABREU JUNIOR, 2018, p.31).

E temos o cuidado de salientar que sobretudo em função da alta propagação e da letalidade dos vírus, SARS-CoV-2 (coronavírus/ COVID-19) e Influenza (gripe espanhola), ambas pandemias não podem ser tratadas, sob hipótese alguma, como “gripezinhas”<sup>15</sup>. E ainda que com as ressalvas de seus respectivos contextos e peculiaridades, possuem em comum também o fato de que:

As doenças epidêmicas, no decorrer da história, foram influenciadas por fatores políticos e sociais, afetando diferentes grupos de pessoas e desfraldando uma gama de respostas. Historicamente, epidemias e ideologias se difundem da mesma forma, proporcionando o aparecimento de conflitos sociais e de resistência ao intervencionismo e às tentativas de medicalização da sociedade. A classificação de um estado como doença não é um processo socialmente neutro, e, na administração de saúde, torna-se uma linha tênue entre legitimação e estigma. Ao mesmo tempo, o impacto causado pela doença epidêmica sobre a sociedade podia transformar-se em fator de legitimação da intervenção do governo, por meio de uma legislação que estabeleceria uma forma de controle social, reformulando as relações entre indivíduos e entre indivíduos e as instituições. (GOULART, 2005, P.104 e 105)

E a atual pandemia possui, para além destas características, um contexto demarcadamente midiático que a torna diferente e inédita, por ser atravessada pelo organizacional em relações midiáticas. Assim, a mediação evidencia o quanto a pandemia instaura também uma polarização, um intercâmbio quase que imediato entre espaços e tempos através do uso das redes sociais, por exemplo, e de forma acelerada nos deparamos com questões relacionadas à COVID-19 que se tornam objetos de disputa, atravessando organizações e a vida pública de modo polarizado. “Certamente, toda intolerância é absurda e bárbara – mas se torna

---

<sup>14</sup> Informações disponíveis em:

<https://hospitaldocoracao.com.br/novo/midias-e-artigos/artigos-nomes-da-medicina/gripe-espanhola-a-mae-de-todas-pandemias/>. Acesso em: 05/05/2022

<sup>15</sup> Jair Bolsonaro chama COVID-19 em dois momentos de “gripezinha”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 05/05/22

particularmente detestável em situações polarizadas, que estimulam sua exacerbação, desenvolvendo uma organização estruturadora de comportamentos humanos” (BRAGA, 2020, p.20).

No que se refere a essa polarização, disputas dessa natureza envolvem o coronavírus muitas vezes no sentido literal da vida em meio à pandemia, em que infelizmente se tornaram comuns:

atitudes e comportamentos que costumam ser associados a situações de polarização – intolerância, incivilidade, antagonismo, má-fé argumentativa, fake news, hostilizações, discursos de ódio, proposições excludentes – são ao mesmo tempo sintomas e reiteração do processo. O tema da intolerância na polarização aparenta ser uma questão sociológica ou política, entre outras vicissitudes humanas e sociais – que mostram ângulos específicos do fenômeno. Vamos tratar o tema, entretanto, como questão comunicacional, perspectiva legítima para sua abordagem na medida em que pode fornecer contribuições específicas para uma compreensão abrangente (BRAGA, 2020, p.20).

Sendo assim, essas disputas, que por diversas vezes envolvem intolerâncias, perpassam as organizações por meio da midiatização: o fenômeno pandêmico expõe vozes, e é também polarizado, pulverizado e acelerado (BRAGA, 2012), possibilitando que a pandemia seja experienciada em contextos remotos por uma vivência das tecnologias, pensando em uma noção de tecnologia que envolve muito mais que um suposto instrumento (KUHN, 1998): trata-se de gesto que transforma e ultrapassa concepções ingênuas elaboradas pelos técnicos (VIEIRA- PINTO, 2005). Dessa forma, as tecnologias não são obrigatoriamente melhores, elas são diferentes, foram complexificadas mas não necessariamente substituídas.

As tecnologias de informação e comunicação permitiram a emergência da midiatização, e por sua vez:

A midiatização tornou-se cada vez mais um conceito chave, fundamental, essencial para descrever o presente e a história dos meios e a mudança comunicativa que está ocorrendo. Desse modo, se se tornaram parte do todo, não se pode vê-los como uma esfera separada. É necessário desenvolver uma compreensão de como a crescente expansão dos meios de comunicação muda nossa construção da cultura, da sociedade e das diferentes práticas sociais. Nessa perspectiva, a midiatização é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as interrelações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural (GOMES, 2016, p. 2).

Por tudo isso, torna-se importante também frisar que tais mudanças estão atreladas a seus respectivos contextos e que “como a midiatização não se apresenta da mesma forma para todos e em todos os lugares, podem existir diferenças e

semelhanças entre as culturas e nações em processo de midiatização” (GOMES, 2016, p.3), diferenças inclusive fundamentais, pois estamos considerando:

a comunicação (no ambiente social) como o trabalho das diferenças humanas para viabilizar a interação nos mais diversos processos e por todos os tipos de modalização, acionando recursos materiais e simbólicos, e sofrendo as injunções e incidências dos ambientes tecnológico, natural e cultural que cercam todas as ações humanas. É preciso observar, ao lado das diferenças idiossincráticas, diferenças socialmente construídas, assim como as circunstâncias em que essa construção se faz. No trabalho das diferenças, a comunicação não é o espaço do consenso: é, antes, o âmbito do reconhecimento de diferenças e do trabalho de compartilhamentos em busca de sua articulação eficiente. A política não se manifesta apenas como relação de forças – mas também, e sobretudo, como espaço de negociação de diferenças. Nesse espaço, perceber como se estabelecem as lógicas interacionais é fazer estudo comunicacional. (BRAGA, 2020 ,p.22).

E ponderar sobre a expressão de contextos interacionais contemporâneos, envolvendo a midiatização e as organizações, é gesto que perpassa a questão das diferenças pois essas são primordiais para a compreensão da polarização que se estabelece em meio a tais contextos, haja vista que a partir do momento em que as diferenças se organizam com essa pluralidade, tendem a favorecer arranjos e composições em que as divergências podem se diluir, oferecendo assim caminhos para evitar o contrachoque enfático de posições, e

o plural se desvanece em binarismo e a diversidade de posições se submete a uma dupla alternativa artificial, a intolerância prevalece e a polarização se torna constitutiva e definidora do próprio perfil das diferenças. Entretanto, se o binarismo opositor é uma condição necessária para o desenvolvimento polarizado, não parece ser suficiente para sua implantação. Faz parte, ainda, dessa organização das coisas uma sobre-ênfase da diferença, em formatação binária excludente. Nas situações polarizadoras, o Outro, definido no polo oposto, é visto exclusivamente pela característica que o faz se classificar como diferente. Reduzido a essa dimensão única, todos os indicadores que comporiam um espaço de pluralidade e permitiriam interações são apagados. O único vínculo entre os pólos passa a ser o eixo da diferença excludente (BRAGA, 2020b ,p.25).

E diante desses cenários, em meio à midiatização sobretudo, temos a polarização, que: “se instala nas situações de anomia e de ideias prontas. Não se pode lutar contra isso como se estivesse enfrentando uma política racional – com base em contra-argumentos. Mas é preciso, sempre, resistir à opressão da intolerância” (BRAGA, 2020b, p.35). Tal constatação reforça a complexidade dos contextos interacionais contemporâneos e nos instiga a refletir sobre os aprendizados, o aparecer inaugural da pandemia nos contextos brasileiros e a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional, de forte constituição midiatizada

que se pauta, eminentemente, na circulação da significação, conforme vimos anteriormente e que emerge no espaço público de forma materializada, conforme veremos no próximo item.

#### **2.4 Materialidades jornalísticas e comunicação pública: a CPI como dispositivo organizacional em captura das lógicas culturais midiáticas**

Em conformidade com o que foi abordado nos tópicos anteriores, dispomos que a compreensão da pandemia enquanto um acontecimento, percebendo suas singularidades e entendendo que o acontecimento “simplesmente acontece”, não é um produto de construções dos sujeitos, bem como suas apropriações do acontecimento são inúmeras e particulares. Consonante, temos que as lógicas da mediação potencializam o acontecimento-pandemia, o modo como ela emerge no espaço público, suas reverberações e interações com públicos, afinal, o acontecimento é coextensivo ao devir e o devir, por sua vez é coextensivo à linguagem (DELEUZE, 2007).

Portanto, a CPI da Pandemia ao aparecer no espaço público e em diversas instituições de mídias, lança mão das lógicas midiáticas e produz a partir de uma renovação de fatos, que emergiram no decorrer da CPI, enquetes de interpretações socialmente distribuídas nas redes, como os memes, principalmente, a fim de gerar um conjunto de elementos que propende a alimentar os sujeitos de interpretação, de lógicas, da presença de pessoas que atualizavam o acontecimento CPI da Pandemia, de figuras públicas, de testemunhas, de interrogações e horizontes de possíveis, considerando que:

os possíveis se projetam na medida em que percorremos o mundo do texto, em meio ao emaranhado de situações e de contextos de comunicação que nos apanham. Nesse sentido, não há como separar os possíveis daqueles percursos que foram engendrados no momento mesmo de leitura (MAFRA, 2011, p. 216).

Haja vista que não é possível realizar tal separação e a CPI ratifica isso ao expor também a questão da corrupção do Estado, além de lançar problematização de novas possibilidades ligadas sobretudo à vacina e ao lugar das vítimas, conforme será discutido nos capítulos seguintes. Retomando, foi pensada a reverberação do acontecimento pandemia e em um âmbito mais específico, a CPI da Pandemia em

meio a materialidades jornalísticas, visto que os contextos contemporâneos não são de simples definição.

Destarte, tal escolha passa pelo entendimento de que o campo do jornalismo, sobretudo nesse contexto de lógicas de intermedialidade, lança mão tanto nos seus processos de apuração, quanto nos seus processos de circulação pública das notícias, de lógicas midiáticas diferentes, incorporando essas lógicas a partir de um princípio do aparecimento do interesse público. E nos chama atenção principalmente quando essas lógicas são incorporadas à pauta CPI da Pandemia pelo jornalismo, uma vez que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado<sup>16</sup>, CPI da Pandemia, foi transmitida pela TV Senado, emissora de televisão do Legislativo Brasileiro responsável pela transmissão de eventos, discussões e procedimentos do Senado Federal do Brasil; demonstrando lógicas televisionadas do próprio Senado.

Isto posto, compreendemos que tal processo jornalístico só acontece na medida em que existe o processo de comunicação pública do Senado, que é organizacional e faz sentido porque no momento, naquela comunicação pública, a televisão emerge e junto a ela emergem lógicas organizacionais do poder legislativo a partir da comunicação pública, que permitem o aparecimento, portanto, da CPI e a sua reconfiguração pública pelo campo do jornalismo, estabelecendo campos problemáticos.

E é justamente a partir de campos problemáticos que emergem e que vão reconfigurar o movimento público nos contextos mediatizados, compreendendo mediação enquanto um dispositivo “a partir do qual esse meio opera social e culturalmente” (MARTÍN- BARBERO, 2008, p. 294) Trata-se, portanto, de um dispositivo que atua para além da transmissão na TV Senado, pois temos uma retransmissão por diversos canais de televisão, bem como por outras mídias e como parte de uma programação cotidiana que se fez instituída, no sentido de acompanhar a CPI e seus eventuais desdobramentos.

Tais desdobramentos nos fazem refletir também sobre os públicos, os telespectadores, os receptores da CPI da Pandemia; haja visto o quão arriscado seria pensar que existe uma definição fixa sobre os públicos, sem considerar sobre suas dimensões de formação e mobilização, uma vez que:

---

<sup>16</sup> O Senado Federal é a câmara alta do Congresso Nacional do Brasil e, ao lado da Câmara dos Deputados, compõe parte do Poder Legislativo da União.

formação e mobilização de públicos mostra o cuidado necessário para não estabelecer um juízo fixo sobre eles. Se pensarmos no amplo processo de comunicação pública – mais do que em um ou outro público em particular, veremos que as condições dessa formação e movimentação envolve a visibilidade em duas dimensões: de uma disponibilidade (para qualquer um) e de uma generalidade (capaz de envolver a todos). São essas dimensões que configuram uma condição de publicidade e fazem do espaço público um território de disputas. Isso envolve a compreensão de problemas numa dimensão coletiva e pública, ou seja, é referente à percepção das afetações que condicionam a sua existência e à percepção de uma espécie de “sujeito coletivo” (HENRIQUES, 2017, P. 121)

Tais disputas no espaço público caracterizam um fato contemporâneo, e os públicos são potentes a ponto de estruturados terem um maior poder de ação frente às organizações, por exemplo. Torna-se relevante ponderar também sobre a recepção das narrativas, visto que:

A competência textual, narrativa, não se acha apenas presente, não é unicamente condição de emissão, mas também da recepção. Qualquer telespectador sabe quando um texto/relato foi interrompido, conhece as formas possíveis de interpretá-lo, é capaz de resumi-lo, dar-lhe um título, comparar e classificar narrativas (MARTÍN- BARBERO, 2008, p. 304).

Justamente o que possibilitou, junto a este contexto de mediações, as movimentações por parte dos públicos frente às organizações foram os processos de midiatização e suas próprias lógicas, absorvidas pelos sujeitos em suas cotidianidades sociais - conforme aponta Martín-Barbero (2008). Dessa forma, seja através de memes ou matérias jornalísticas, seja a partir de relatos publicados em redes sociais, os cenários de comunicação pública da CPI da COVID-19 evidenciaram o ineditismo e potência da respectiva dinâmica que estava sendo criada, pois tal movimentação não foi algo restritivo, apenas por parte dos públicos, mas algo incorporado à CPI, já que a própria lógica de construção desta considerou os contextos de midiatização, de multimodalidade e intermidialidade.

Nesse lugar, destacamos que a própria lógica da CPI dialoga com uma matriz narrativa, que tende a se aproximar do que Martín-Barbero (2008) definiu enquanto gênero melodrama, ao pensar no “modo de expressão mais aberto ao modo de viver e sentir da nossa gente” (p.305), ainda que nem todos os personagens se repitam - que seria uma característica do melodrama e que não é possível dentro da dinâmica da CPI em que fontes distintas são ouvidas. E retoma muitas vezes ao *drama do reconhecimento*, visto que “o que move o enredo é sempre o desconhecimento de

uma identidade e a luta contra as injustiças, as aparências, contra tudo o que se oculta e se disfarça: uma luta por se fazer reconhecer” (MARTÍN-BARBERO, 2008, p.306).

No entanto, qual seria a relação proposta entre o acontecimento pandemia, a CPI enquanto dispositivo organizacional e as lógicas midiáticas? Ora, a CPI da COVID-19, tomada enquanto dispositivo organizacional produtor de processos de circulação de significação, e a partir de lógicas mediáticas, instaurou campos hermenêuticos que reconfiguraram o acontecimento pandemia nos contextos brasileiros, conforme veremos de modo enfático a seguir.

## **2.5. Algumas evidências sobre a emergência de novos campos hermenêuticos nos contextos brasileiros: a singularidade da CPI da Pandemia enquanto dispositivo organizacional**

A partir do momento em que temos matérias jornalísticas, cujas manchetes indicam a CPI enquanto uma paixão nacional, tão simbólica quanto as telenovelas para a América Latina, percebemos que se ela está sendo considerada assim é porque atende ao melodrama televisivo:

Conserva o predomínio da narrativa, do contar a, com o que isso implica de presença constante do narrador, estabelecendo dia após dia a continuidade dramática; e conserva também a abertura indefinida da narrativa, sua abertura no tempo. (MARTÍN- BARBERO, 2008, p. 308)

E esse dia após dia é justamente um elemento de serialidade, fundamental para alimentar as mídias, prender a audiência, gerar e reverberar memes, sendo também parte das pautas jornalísticas como aponta a Figura 1:

Figura 1 - CPI com lógica televisiva de paixão nacional

## Após 'BBB', CPI da Covid vira paixão nacional com memes e grande audiência



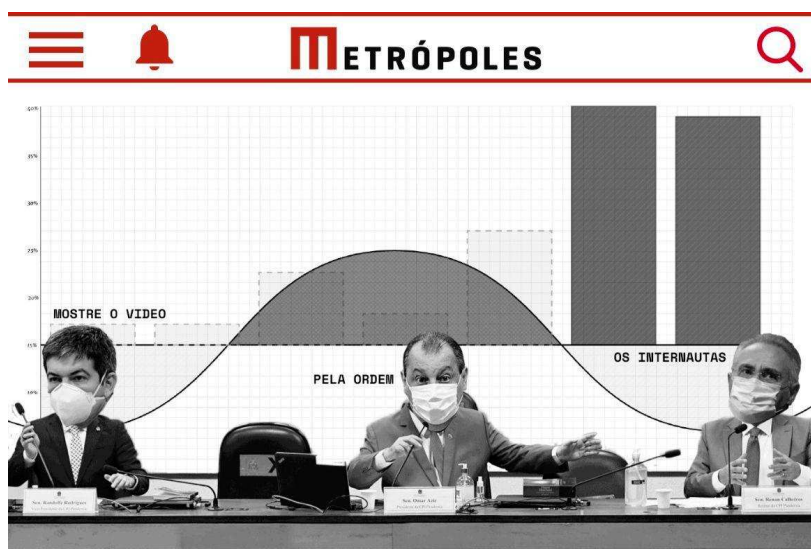
O ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello em depoimento na CPI da Covid

Imagem: Sergio Lima/AFP

Fonte: Captura de imagem de uma manchete no portal Uol Notícias

E quando temos a primeira frase de uma manchete “Após BBB”, como a do portal Uol, demonstra que se tratando de um reality show expressivo como o Big Brother Brasil (BBB) em termos de audiência, engajamento e faturamento, estar de certa forma junto a ele propicia à CPI da COVID-19 um alcance e reverberações singulares e que não necessariamente são experimentadas pelas demais Comissões Parlamentares de Inquéritos.

Figura 2 - CPI incorporando as lógicas



## CPI DA COVID

Fonte: Captura de imagem de uma manchete no portal Metr6poles

Já ilustrando a reportagem do portal Metr6poles, temos um meme<sup>17</sup> que insinua exatamente a CPI da Pandemia, trazendo os respectivos senadores Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Renan Calheiros e algumas das falas mais usuais e que mais foram reverberadas, tais como: “mostre o v6deo”, “pela ordem”, “os internautas”, em que sobretudo a 6ltima frase, referente aos internautas, demonstra a incorpora73o dessa intera73o entre as organiza73es comunicante (p6blicos/internautas) e comunicada (CPI) tamb6m em ve6culos jornal6sticos, como o portal Metr6poles e lembrando que “essa media73o contava com a imprensa enquanto dispositivo muito eficaz de referencia73o e tradu73o do mito em valores e pautas de comportamentos cotidianos” (MARTIN-BARBERO, 2008, p.204).

De fato, a CPI foi pauta recorrente de comportamentos cotidianos, sobretudo ao longo de seu per6odo efetivo de dura73o, e pautada para al6m da imprensa e das institui73es de m6dia, tamb6m nas redes sociais, o que expandiu ainda mais seu alcance.

O que se aprende na pandemia pode ser considerado vago, pois podemos aprender qualquer coisa - muitos aprenderam a cortar sua pr6pria franja ou fazer p6es - mas o que realmente nos interessa pesquisar na verdade n6o 6 o que se

<sup>17</sup> Mensagem quase sempre de tom ir6nico que pode ou n6o ser acompanhada por uma imagem ou v6deo e que 6 intensamente compartilhada por usu6rios nas m6dias sociais.

aprendeu na pandemia no sentido limitante, como se devêssemos aprender algo específico e único, e *sim no sentido plural de como se aprendeu em meio a discussões sobre a CPI da Pandemia; ou seja*: como mesmo distantes fisicamente, interagimos e promovemos debates e aprendizados; como aprendemos pelas redes sociais, por exemplo, que são também espaços potentes para a construção de aprendizagens sociais, a partir do momento em que as experiências e discussões, em função das lógicas de midiatização, atravessam estes espaços e promovem aprendizados a experiências vivenciadas numa relação entre criatura viva e ambiente. De modo mais específico, conforme Dewey (1979) propõe em sua compreensão, a força estética da experiência é central no despertar de processos de aprendizagem, estes que ocorrem diante das tentativas de se relacionar e de se lidar com as forças que a relação estética entre criatura viva e ambiente disparam/promovem/permitem.

O autor aponta também a necessidade de que o processo da relação ensino-aprendizagem seja centralizado em/nas experiências vivenciadas e através da resignificação dessas experiências de um modo semelhante a um fazer artístico, sob uma perspectiva de continuidade também.

Deve haver continuidade entre o aprendizado escolar e o extraescolar. Deve existir livre interação entre os aprendizados. Isto só é possível quando existem numerosos pontos de contato entre os interesses sociais de um e de outro. Poder-se-ia conceber a escola como um lugar em que houvesse espírito de associação e de atividade compartilhada, sem que, entretanto, sua vida social representasse ou copiasse, quer o mundo existente além das paredes da escola, quer a vida de um mosteiro (DEWEY, 1979, p. 394).

Portanto, compreendemos os aprendizados que nos propomos a averiguar sob a óptica de Dewey (1979) e ponderamos para averiguar este aprendizado extraescolar através dos ambientes midiatizados. Essa escolha envolve, além de tudo o que já foi mencionado anteriormente, questões de influência e alcance das redes sociais, razão pela qual podemos pensar no exemplo do *Twitter*, seja pelos *trending topics* que geram pautas para diversos veículos de comunicação; seja pela influência no debate público ou pelas discussões ali presentes, pelo fato de que o *Twitter* consegue que suas postagens, os *tweets*, sejam também veiculadas em outras redes sociais.

Tal rede social é um locus capaz de pautar não só temas a serem abordados pelo jornalismo como pela vida social como um todo, com uma rapidez que dialoga

com os desdobramentos da pandemia, propõe horizontes pós pandêmicos e também o acompanhamento da CPI da Pandemia sob a perspectiva de Martín-Barbero (2008) com relação às telenovelas e sua importância sobretudo na América Latina, as lógicas televisivas.

O *Twitter* é uma rede social forte e extremamente potente<sup>18</sup>, visto que debates e disputas ali apresentadas sustentam o aprendizado. Dessa forma, é importante reforçar que a aprendizagem não está restrita à escola, às campanhas apenas; ela também está e se forma na visão de mundo das disputas, no caso de tensões evidenciadas pelo *Twitter*. Quanto a isso, é possível pensar em quantas pessoas não são influenciadas e convidadas a se posicionarem ou reverem posicionamentos com relação a práticas anti vida/pró vida, por exemplo, por terem acompanhado tal discussão na plataforma, ou até mesmo se informado por lá.

Figuras 3 e 4 – CIPALOOZA



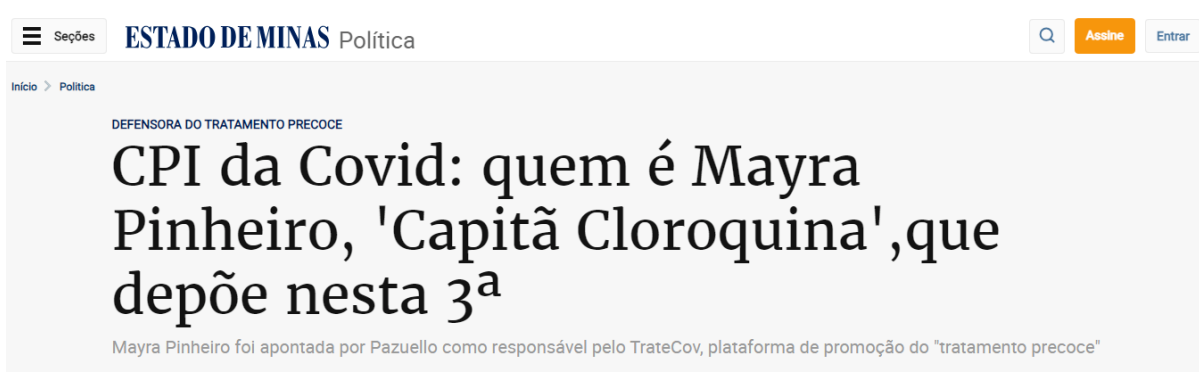
Fonte: Reprodução via perfil do Instagram

As discussões são realizadas em redes sociais, mas também em escolas, hospitais e outros, fazendo com que comportamentos sejam revistos, e que processos educativos possam ocorrer por meio da experiência pública das organizações modernas em meio aos processos de midiatização da própria

<sup>18</sup> Salvo as recentes alterações por parte do bilionário Elon Musk, que tendem a trazer incertezas quanto ao futuro da rede, ao propor limitações de tweets, por exemplo.

pandemia. A CPI da Pandemia, age enquanto um dispositivo organizacional e não só possibilita como fomenta discussões, que também trazem informações e aprendizados, pautando comportamentos cotidianos. Exemplo disso são as figuras acima, que intituladas “CPIPALOOZA” em referência ao festival de música alternativa Lollapalooza, seguem um estilo *line-up* de festival na arte e divulgam atrações de Maio e Junho, com datas e os nomes respectivos aos depoimentos agendados na CPI da Pandemia. Bom, os nomes em alguns casos não são literalmente apenas os nomes dos convocados, trazem informações adicionais como a Mayra Dias, Capitã Cloroquina.

Figura 5 - Capitã Cloroquina.



Fonte: Captura de imagem de uma manchete no portal Estado de Minas.

E nos chama atenção que as referências não ficam apenas no âmbito da informalidade e descontração das redes sociais, são notórias a ponto de já comporem manchetes de grandes jornais, como o Estado de Minas, que inclusive, tal qual o “cpipalooza” anuncia e acompanha quando e quem dará o depoimento na CPI, numa perspectiva que se assemelha a lógica de serialização (Martín-Barbero, 2008).

A CPI da Pandemia é detentora de tais proporções uma vez que seu principal objeto cinge o acontecimento da pandemia da COVID-19 em contextos brasileiros, entendendo o acontecimento como um fenômeno da experiência caracterizado por Deleuze (2007) como um definidor não apenas da existência, mas também da história e dos horizontes, visto que o acontecimento ocorre no presente, mas que por ser um detonador de forças emocionais intensas, se torna potente no sentido de atualizar tanto a história quanto o horizonte futuro. Os acontecimentos são singulares e desestabilizam o sentido que outrora era considerado um sentido único,

dito por outras palavras, modificam a forma com que enxergamos e lidamos com determinada situação, instaurando ali um campo problemático, o que antes era visto como uma única direção passa a ser entendido como múltiplas possibilidades de direção.

Portanto, o acontecimento da pandemia envolve todo um contexto pandêmico e sua respectiva atmosfera de peculiaridades que foram emergindo no espaço público. A princípio, vimos a CPI como um acontecimento, e conseqüentemente, produtora de campos problemáticos, haja vista que estes tendem a ser produzidos pelos acontecimentos. Entretanto, a percepção de que a CPI da Pandemia, na verdade, foi um dispositivo organizacional que produziu novos campos hermenêuticos, ou seja, novos campos de interpretação foi justamente o que nos permitiu delinear e desenvolver o presente trabalho.

Visto que a partir do entendimento de que a CPI da Pandemia é um dispositivo organizacional, foi possível perceber que ao se centrar nas lógicas de mediação, ela foi capaz de promover a circulação dos sentidos e evidenciar as inúmeras disputas que, nos contextos pandêmicos, revelam campos de interpretação da própria pandemia. Dito de modo mais específico, essa CPI permitiu a emergência de novos campos hermenêuticos, estes que possibilitaram um confronto público e explícito em direção às visões da circulação de sentidos do governo federal, no caso, campos hermenêuticos bolsonaristas. Ademais, é preciso compreender que tais campos, que surgiram a partir das lógicas culturais mediadas e foram fomentadas pelo dispositivo organizacional CPI, emergem a partir de inúmeras temáticas relacionadas à pandemia e dentre essas, duas se destacaram muito no decorrer da pesquisa de campo, sendo elas: a questão das vacinas e o lugar das vítimas da COVID-19.

Dessa forma, após refletirmos sobre o dispositivo organizacional CPI da Pandemia em captura das lógicas culturais mediadas, se faz essencial também a compreensão mais detalhada de tais campos hermenêuticos frente às atmosferas públicas emergentes, questão esta desenvolvida nos dois capítulos seguintes desta dissertação.

### **3. A EMERGÊNCIA DE NOVOS CAMPOS HERMENÊUTICOS SOBRE A VACINA: A CPI DA PANDEMIA E A POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA EM CONTEXTOS ORGANIZACIONAIS DE DESINFORMAÇÃO CIENTÍFICA**

Conforme vimos anteriormente, a CPI da Pandemia, tomada enquanto um dispositivo organizacional constituído por lógicas de midiaticização, promoveu, principalmente, a emergência de novos campos hermenêuticos e nos chamou atenção, dentre estes, a presença da desinformação científica. Com relação a este aspecto, podemos compreender que a desinformação científica tende a ser atrelada ao negacionismo e a emergência da construção estratégica da ignorância, esta, que de acordo com Rêgo (2020) é construída a partir do gerenciamento do senso comum por meio de campanhas e mobilizações de emoções e seguidores pelas redes sociais digitais. Saliencia-se ainda que, uma das características a se destacar, é que

a produção de um consenso ultraconservador está arraigada na crise de confiança nas instituições democráticas (na justiça, na ciência, no jornalismo, na política). A busca pela generalização de um sentimento de declínio de confiança em tais instituições combina com a eleição de messias, de políticos alçados a salvadores da moral e dos bons costumes, dos valores tradicionais, da família, dos direitos à liberdade e à propriedade (RÊGO, 2020, p. 12).

Desse modo, a fim de fomentar a construção estratégica da ignorância, não faltaram episódios de desinformação científica, entendendo o conceito de desinformação (RÊGO, 2020) em alusão aos conteúdos falsos e de impacto potencialmente negativo, que podem acarretar consequências fatais, em especial, durante a pandemia. Aliás, tantas foram as informações falsas acerca da pandemia COVID-19 que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o International Center For Journalist (ICFJ) cunharam o termo *desinfopandemia*, em um estudo<sup>19</sup> advindo dessa parceria, que retrata a desinformação básica sobre a COVID-19.

A partir de tais constatações, partimos do entendimento, neste capítulo, que a desinformação científica na pandemia da COVID-19 no Brasil pode ser lida, dentre outras lentes, pelo campo da comunicação organizacional, tendo como um de seus principais fomentadores os contextos organizacionais do Poder Executivo

---

<sup>19</sup> Unesco. Desinfodemic: Deciphering Covid-19 Disinformation. Disponível em: [https://en.unesco.org/sites/default/files/desinfodemic\\_deciphering\\_covid19\\_disinformation.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/desinfodemic_deciphering_covid19_disinformation.pdf). Acesso em: 25 julho 2023

federal. Realizamos tal afirmação de modo contundente por percebermos, inevitavelmente, que tal desinformação se mostrou como uma escolha, visto que foram utilizadas estratégias de (in) visibilidade em um gesto que o próprio governo lançou mão da construção de uma identidade conservadora, de ultradireita, em prol de uma escolha que fez parte da projeção de uma tensão identitária (Baldissera, 2007), em meio à qual públicos se movimentaram para defender e aderir a essa identidade.

Entre outras coisas, os sujeitos em relação - em particular as relações comunicacionais - são movidos por muitos e diferentes estímulos, percepções, desejos, objetivos e competências. Tensionados, esses constituintes atualizam-se em forças diversas e multidirecionais que fazem com que a identidade organizacional seja (re) tecida permanentemente, sendo que os processos de comunicação/relacionamento apresentam-se como motores, lugares e possibilidades para que isso aconteça (BALDISSERA, 2007, p. 231).

Dessa forma, tentando ainda especificar tal argumentação que abre este capítulo, a desinformação científica quanto aos modos de enfrentamento da pandemia pode ser tomada, por esses termos, como um problema também de interesse das lentes da comunicação organizacional, demonstrado a partir de suspeitas e conflitos forjados publicamente pelo governo federal em relação aos modos de enfrentamento da pandemia, não apenas a partir da explicitação de negacionismos, mas, sobretudo, a partir de silêncios e de não ditos - uma vez que a identidade organizacional não é aquilo que se produzem torno do que se expressa, mas aquilo que também se deixa de expressar - o silêncio, o não dito e a invisibilidade, uma vez que no espaço público, nem sempre as organizações e indivíduos anseiam por visibilidade, afinal, em diversas situações os desejos são de redução da visibilidade ou, mesmo, de invisibilidade midiática por diversos motivos, visto que nem tudo pode/deve ser apresentado em público, seja por questões de caráter privado, estratégico e/ou de segurança - e lícitas, no caso -, como também seja por questões lícitas de diferentes tipos (SILVA; BALDISSERA, 2021).

Além disso, uma outra evidência com relação a tal cenário pode ser vislumbrada pela movimentação de públicos, que defenderam nos contextos midiáticos, pauta anti-vacina, por exemplo, criando um problema de construção de legitimidade pública, de difícil responsabilização e sobretudo de enfrentamento. Isto posto e diante de um cenário midiático difuso, caótico e também complexo, em

que as interações do governo acabaram proporcionando falas oficiais irresponsáveis do governo, bem como a emergência de públicos, tais elementos conferem um tom muito novo nesse contexto de midiaticização, que revela o próprio lugar social da (des) informação. De modo mais específico, podemos tomar tal lugar social, no caso do Brasil, como um dado que pode ser analisado como um problema de comunicação organizacional, ocorrido a partir de falas autorizadas, cujo intuito foi de tentar desorganizar a luta científica, deslegitimando-a ao tentar construir entendimentos baseados em visões negacionistas, conservadoras e fascistas.

Em muitos aspectos significativos, o combate à desinformação (e mais especificamente às *fake news*), que ganhou grande visibilidade atualmente, pode ser entendido como a continuidade de uma agenda de construção de modelos de verdade associados ao processo de globalização neoliberal. Trata-se, também, de um esforço de construção de um “pensamento único”. O que torna essa versão em particular diferente das que lhe precederam é o fato de que o seu foco recai menos na apresentação de doutrinas alinhadas com o projeto de globalização neoliberal do que na repressão a perspectivas alternativas (ALBUQUERQUE, 2021, p.132).

Ainda na mesma perspectiva, é possível observar também que os públicos aparecem negociando, defendendo e fortalecendo essas visões, algo que no contexto de midiaticização reforça, justamente, que as estratégias de combater a desinformação não são esforços unicamente voltados à produção de visibilidade, mas se trata também de modos de enfrentamento desse lugar social, a partir da oferta de novos campos hermenêuticos que fraturam a construção do pensamento único, como nos lembrou anteriormente Albuquerque (2021). Haja vista que, conforme aponta Caponi (2020), mesmo com vários estados adotando políticas de isolamento, faltou uma articulação central dessas políticas, no sentido de investimentos massivos voltados à conscientização dos riscos da pandemia e a criação de estratégias socioeconômicas de ajuda às populações vulneráveis.

De tal sorte, torna-se válido lembrar que, no tangente às estratégias de articulação política, consideramos que as mesmas se apresentam, sobretudo, como estratégias de destinação de recursos para ciência, voltadas, em última análise, aos processos formais de escolarização e às lógicas de aprendizagem livres - como nos apontou Braga (2001) no capítulo anterior - de um novo lugar social, em meio à “composição de um cenário social muitas vezes difuso mas insistentemente potente e sempre aberto - ainda que, nem sempre, confortável - à emergência das diferenças” (MARQUES E MAFRA, 2021, p. 90). Entretanto, ao pensar na

emergência das diferenças em meio a este cenário que vem sendo apresentado e discutido, observamos que a CPI, enquanto um dispositivo organizacional, tentou oferecer, a partir de suas lógicas midiáticas, novos campos hermenêuticos, a partir de disputas e capturas que buscaram fraturar a imposição autoritária e unidirecional do bolsonarismo.

E em síntese, o que tende a caracterizar o bolsonarismo, de acordo com Felinto (2023), e para além do slogan “Brasil acima de todos, Deus acima de tudo” é todo um imaginário conservador assentado na defesa dos valores da família, da religião e do patriotismo, elementos estes que foram moldados e reforçados, desde seu fortalecimento e emergência social, com a ajuda da controversa figura pública de Olavo de Carvalho:

Acossado por pânicos morais da decadência dos costumes e alimentado por anseios de retorno a um passado mitificado (o período da ditadura militar), esse imaginário busca garantir a constituição de uma zona de segurança aos indivíduos atormentados pela complexidade e incertezas de um mundo em constante e rápida mutação. Se o futuro se apresenta sempre como incerto e perigoso, o passado surge como horizonte idealizado no qual se deve buscar resguardo (FELINTO, 2023, p.15).

Afinal, o bolsonarismo representa um período de governabilidade em que não se praticou um mal demoníaco e sim, uma constante adequação ao mal enquanto um instrumento de trabalho, parte da rotina oficial, sendo um mal comum de ser praticado e que era defendido como o “certo”, o necessário para proteger a nação e seus valores. Nesse cenário, condutas que poderiam estar em acordo com a constituição (mas que se não estivessem também) inspiravam processos de ataque público às instituições basilares do Estado Democrático de Direito - para o qual, o que importa, seria seguir a direção única proposta, considerando que, para bolsonaristas entraves deveriam ser solucionados de acordo com suas respectivas vontades - ainda que o preço fosse alterar a própria constituição ao bel prazer de seus desejos violentos. O que vivenciamos enquanto governo, na verdade, foi um exemplo, salvo as proporções, do que Hannah Arendt (2007) vivenciou e definiu como *banalidade do mal*<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Deste modo, é permissível também explorar o bolsonarismo sob a ótica do conceito foucaultiano de governamentalidade, sendo este considerado uma “noção chave” ou um “termo desordenador” (Lemke, 2017) cujo papel é decisivo em sua analítica do poder em múltiplos sentidos, ao oferecer uma visão de poder para além da centrada no consenso, visto que esta pode ser centrada também na violência. No caso, o bolsonarismo propende a ser violento ao empenhar-se para ligar tecnologias a

Nesse cenário, Arendt (2007) também sustenta a banalidade do mal enquanto uma problemática que propicia a ascensão de regimes totalitários e a banalização da razão e da coerência do ser humano (SOUKI, 1998), pois, em função de um insaciável desejo de poder tais indivíduos, seria possível fazer qualquer coisa e não necessariamente a partir de desejos e ações conectadas a um bem comum - gesto este que não dialoga com a ideia de governantes justos e democráticos.

Dessa forma, para além da questão do discernimento entre o bem e o mal, Arendt (2007) também nos propõe compreender um amplo dilema social oferecido pelas sociedades modernas, qual seja: a questão da capacidade de discernimento entre a verdade e a mentira; e o problema, como não só o tanto que alguém ou um grupo de pessoas possa se empenhar em mentira(s) organizada(s), mas principalmente quando as pessoas passam a acreditar na(s) mentira(s) e são convocadas a lidar com as consequências das mesmas, que muitas vezes tendem a ser infortúnios.

Por isso, a noção arendtiana que toma o espaço público enquanto um espaço significativo, no qual a ação e o discurso de cada um podem adquirir sentido em meio à construção de um “mundo comum” também nos é cara, já que o mal, as mentiras e suas respectivas consequências podem constituir a realidade, e considerando que fizeram parte da realidade e apareceram no espaço público, especialmente no período pandêmico, embora calcadas numa lógica excludente, violenta e banalmente projetada publicamente como inofensiva e supostamente altruísta. Entretanto, no pensamento de Arendt (2007), o que diferencia uma emergência democrática de uma emergência fascista é a sua capacidade inclusiva em relação às diferenças, uma vez que

---

um perigoso e atormentado passado, que já foi vivenciado, e que, dito por outras palavras, demonstra um esforço para ludibriar a população e, sobretudo, apoiadores fanáticos a condutas que eram até então praticamente inquestionáveis, em função do rigor científico e bem comum implícito em se vacinar, por exemplo. Entretanto, nesta dissertação, realizamos a escolha de abordar o fenômeno do bolsonarismo a partir das lentes de Hannah Arendt (2007), uma vez que as mesmas nos permitiram não apenas descrever tal violência a partir de uma tentativa de banalização de falas, escolhas e ações dos bolsonaristas (tanto em cargos de poder, quanto em espaços cotidianos - traço este que faz do bolsonarismo um fenômeno de difícil enfrentamento e problematização), como também nos indicar, a partir das próprias lentes arendtianas, que, apesar de todas as vulnerabilidades que a modernidade produziu, abrindo brechas para a emergência do totalitarismo (e de práticas fascistas), a autora nos ajuda a vislumbrar a possibilidade de restituição ainda que sempre sob ameaça, de um espaço público democrático - evidenciado, nesta dissertação, pelo dispositivo organizacional da CPI da COVID-19. Dessa forma, apostamos em tal escolha como mais adequada à angulação aqui proposta, sem desconsiderarmos a vasta e contundente contribuição que a obra de Michel Foucault estabelece para a compreensão deste fenômeno.

o espaço público é o espaço do aparecimento e da visibilidade — “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos” — e, se isso importa, é porque essa visibilidade pública é que constrói a realidade. Nas palavras de Hannah Arendt, a aparência — aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do fato de que algo é visto e escutado, até mesmo as maiores forças da vida íntima (...) vivem uma espécie de vida incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a tornar-se adequadas à aparição pública (TELLES, 1990, p.4)

Portanto, reforçando a noção arendtiana de espaço público, enquanto lugar da visibilidade e do aparecimento, bem como o espaço em que as singularidades de cada um podem ser reconhecidas, temos que “o poder não é exterior à ação e ao discurso. Surge da associação entre os homens e da troca de opiniões. É sobretudo e antes de mais nada uma forma de interação que instaura suas próprias leis” (TELLES, 1990, p.7), sendo a interlocução uma expressão de poder.

Em vista disso, o espaço público se qualifica enquanto espaço de aparecimento conjunto, em que nos tornamos responsáveis pelas questões que envolvem um destino comum. Dessa forma, apostamos que a CPI da Pandemia se mostra ainda mais relevante por, além de ser um dispositivo organizacional, representar a emergência de um poder democrático em meio ao espaço público, no momento em que aparece proporcionando visibilidade a novos campos hermenêuticos a questões como a vacina e as vítimas, principalmente e em meio ao escopo do presente trabalho, e proporciona debates, reverberações e possibilidades de (re) direcionamento deste cenário até então pandêmico bem como dos horizontes pós-pandêmicos.

E, diante de tal exposto, propomos analisar alguns indícios e materialidades no item a seguir, sobretudo relacionados à questão da vacina, uma vez que desde a Revolta da Vacina, em 1904, no Rio de Janeiro, a vacinação não esteve no centro dos debates político-ideológicos, envolvendo disputas de poder, como esteve durante a pandemia da COVID-19 e especificamente no decorrer da CPI da Pandemia, que expressou a possibilidade de emergência de um poder democrático, frente à violência unidirecional do bolsonarismo, por meio de suas interlocuções.

### 3.1 Indícios e materialidades: os campos hermenêuticos do bolsonarismo em relação às vacinas

A fim de melhor elucidar as proposições do presente capítulo, bem como a retomada e reforço de algumas concepções discutidas anteriormente, apresentamos alguns indícios e suas respectivas inferências a seguir. Iniciamos com a forma com que o então presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, se portava:

Figura 6 - Bolsonaro e os remédios ineficazes para a COVID-19



Fonte: Reprodução via Instagram.

Figura 7 - Twitter sinaliza post de Bolsonaro com mentiras sobre a vacina da COVID-19 e Aids



Fonte: Reprodução via *Twitter*.

Figura 8 - Bolsonaro e o uso figurado das máscaras.



Fonte: Reprodução via Agência Brasil.

Negacionista, a maioria de seus discursos envolviam desinformações e ataques, em especial à ciência, tanto que era bem comum vê-lo sem máscara, quando nas raras ocasiões em que usava era de modo incorreto e/ou pendurada, e como se não bastasse ainda tirava máscaras de crianças<sup>21</sup> com a finalidade de posar para fotos. E toda essa conduta relativa à desinformação, reforça a lógica Bolsonaroista, haja vista que

a desinformação sistemática como estratégia de campanha e governança passou a fazer parte do arsenal de ferramentas publicitárias da política na cultura digital. Graças à popularização dos ambientes digitais e das redes sociais, a pós-verdade encontrou ambiente favorável para prosperar (FELINTO, 2023,P.14).

E a desinformação sistemática, de fato acompanha Jair Bolsonaro desde o período de campanha eleitoral, portanto surpreende, mas infelizmente é como se já estivesse dentro dos absurdos e atrocidades “previstas” em seu (s) plano (s). Na figura 6, temos ele sem máscara e com uma caixa de medicamento, Reuquinol, cujo nome genérico é “Sulfato de Hidroxicloroquina” - que ficou conhecido como remédio do presidente, que vale ressaltar não é médico, farmacêutico e nem de alguma área

---

<sup>21</sup> Situação em que visitava o RN e foi feito um vídeo sobre, que pode ser acessado em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/06/24/bolsonaro-tira-mascara-de-crianca-para-posar-para-fotos-em-visita-ao-rn.ghtml>

afim. Acontece que “ao mesclar estrategicamente referências bibliográficas contendo pesquisa séria e qualificação acadêmica com literatura sensacionalista de fundo especulativo” (FELINTO, 2023, p.18), ele além de seguir os passos de seu guru Olavo de Carvalho<sup>22</sup>, complexifica toda a situação e um cenário de desinformação, pois não se trata de um medicamento ineficaz, e sim ineficaz para o que Bolsonaro o estava propondo, ineficaz para a COVID-19.

Vale ressaltar que, na ocasião da Revolta da Vacina (1904), a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola provocou levante popular e militar contra o governo de Rodrigues Alves.

Foram espalhadas notícias falsas sobre o que a vacina poderia provocar – como ficar com cara de boi – em uma grande campanha de apelo às liberdades individuais e defesa da propriedade, que seriam violadas pelos vacinadores. Esse levante popular, contudo, também foi consequência do processo de modernização urbana autoritária, que removeu cortiços do centro da cidade, dando origem às favelas cariocas (FLEURY E FAVA, 2022, p. 249).

Então, se trata de algo articulado, afinal ao contrário de um mero erro, o *fake* possui sempre uma intencionalidade e como aponta Felinto (2023), ele objetiva um fim específico, independentemente desse fim ser efetivamente realizado ou não. E infelizmente, tem sido utilizado desde muito tempo, ainda que não potencializado através dos adventos tecnológicos e a midiatização, que são fatos recentes.

Portanto, a finalidade envolve a ordem da influência e da manipulação, justificando a conduta do governo com relação à pauta vacina, uma vez que em teoria não seria uma pauta com tamanha discussão, visto de um modo simplista - assim que possível vacinamos toda a população, deveria ser sobre isso<sup>23</sup>, mas nos encontramos num cenário altamente polarizado em que tivemos as seguintes declarações, enquanto falas oficiais, por parte do até então presidente da República:

---

<sup>22</sup> Representante, considerado intelectual, do conservadorismo no Brasil, de expressiva influência na extrema-direita brasileira e considerado um “guru” do Bolsonaro e por conseguinte do bolsonarismo.

<sup>23</sup> Vale lembrar que existe até mesmo um ditado popular sobre “de graça, até injeção na testa”

Figura 9 - Relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina

The screenshot shows the top navigation bar of the G1 website with 'MENU', 'g1', 'POLÍTICA', and 'BUSCAR' icons. Below the navigation bar is the article title 'Relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina contra Covid:' followed by a quote in a red-bordered box: '"Tudo será esclarecido ainda hoje. Não compraremos a vacina da China."' Below the quote is a short paragraph of text and a source attribution.

**Relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina contra Covid:**

"Tudo será esclarecido ainda hoje. Não compraremos a vacina da China."

Em outubro de 2020, **Bolsonaro escreveu a mensagem em uma rede social** ao responder uma seguidora que pediu a exoneração do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. "Bom dia presidente. Exonera Pazuelo urgente, ele está sendo cabo eleitoral do Doria. Ministro traíra", escreveu a seguidora, referindo-se a João Doria (PSDB), governador do estado de São Paulo.

Fonte: Captura de imagem do portal G1

Figura 10 - Relembre declarações do ex-presidente sobre a vacina parte 2

The screenshot shows the top navigation bar of the G1 website with 'MENU', 'g1', 'POLÍTICA', and 'BUSCAR' icons. Below the navigation bar is the article title 'Em primeira manifestação pública de Bolsonaro após a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de aprovar o uso emergencial de duas vacinas (CoronaVac e de Oxford) contra a Covid-19 no Brasil, em janeiro de 2021.' followed by a quote in a red-bordered box: '"Está liberada a aplicação no Brasil. E a vacina é do Brasil, não é de nenhum governador não. É do Brasil"' Below the quote is a short paragraph of text and a source attribution.

**Em primeira manifestação pública de Bolsonaro após a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de aprovar o uso emergencial de duas vacinas (CoronaVac e de Oxford) contra a Covid-19 no Brasil, em janeiro de 2021.**

"Está liberada a aplicação no Brasil. E a vacina é do Brasil, não é de nenhum governador não. É do Brasil"

"Pessoal, uma notícia. Apesar da vacina... Apesar não, né? A Anvisa aprovou. Não tem que discutir mais. Agora, havendo disponibilidade no mercado, a gente vai comprar e vai atrás de contratos que fizemos também que era para ter chegado a vacina aqui."

Fonte: Captura de imagem do portal G1

Ora, as figuras acima além de elucidar o cenário de polarização, neste caso evidenciado nas falas e disputas entre João Dória (ex-governador SP) e Jair Bolsonaro (ex-presidente), demonstram que as falas de Bolsonaro tentam trazer o protagonismo para si e sua respectiva bolha, ainda que as consequências de seus atos não sejam restritas a mesma, proporcionando um espetáculo - ainda que de mau gosto - e evidenciando um descaso para com a população e o constante desinteresse no bem coletivo da nação, entendendo que "o espetáculo não é um

conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 1991, p.9).

De modo que, Bolsonaro dar mais importância ao fato da vacina não ser chinesa, enfatizar ser do Brasil e não de um governador e responder seus seguidores, sobretudo em redes sociais, que faziam referência à João Dória ao invés de e-mails da Pfizer<sup>24</sup> sobre a compra de vacinas, não surpreende em razão de toda sua conduta de governo estabelecida. Diante de tal, posturas mínimas de decência e empatia em meio ao período pandêmico e em prol do bem coletivo, tornaram-se também posturas estratégicas e de oposição aos campos hermenêuticos bolsonaristas, como por exemplo:

Figura 11 - A emblemática figura de João Dória na corrida das vacinas



Fonte: Reprodução via Instagram.

A emergência de João Dória<sup>25</sup> negociando, defendendo e fortalecendo a pauta de vacinação, que devido à importância coletiva e o contexto, não deveria nem estar sob ataque, caracteriza um exemplo emblemático com relação às vacinas. Ressalvas de interesses políticos à parte, alguns elementos da figura 11,

<sup>24</sup> Empresa farmacêutica multinacional, que se tornou ainda mais conhecida por desenvolver vacinas contra COVID-19.

<sup>25</sup> Se o publicitário João Dória (pai) entrou para a história criando o dia dos namorados em 12/06 no Brasil a fim de estimular as vendas de Junho, o político João Dória (filho), que nos referimos, certamente enquanto Governador de São Paulo no período pandêmico, se tornou um nome emblemático com relação às condutas de enfrentamento e vacinas para a COVID-19.

tendem a parecer simples e banais, como o uso de máscara e um vidro de álcool gel, porém, demarcam um pólo em meio às disputas pela vacina e realçam ainda mais a postura estratégica de João Dória, uma vez que enquanto o outro polo da disputa pela vacina, ele representa a saúde, o cuidado para com o próximo elucidado em elementos como o uso da máscara e álcool gel na mesa, uma camiseta preta com uma bandeira do Brasil, cujos dizeres são “vacina do Butantã” e que não representa uma escolha aleatória, tampouco ingênua. Lembrando que,

acionadas em diferentes ordens, conexões e temporalidades, as estratégias têm fertilidade para conformarem variados arranjos em perspectiva de atenderem as necessidades e/ou desejos das organizações nos diversos contextos. Nesse sentido, é provável que elas, em situações mais complexas, particularmente quando se trata de desvincularem-se de temas/fatos mais sensíveis aos públicos, materializem mais do que uma estratégia, de modo articulado, objetivando aumentar a potência das ações e as probabilidades de atingirem os resultados desejados (SILVA; BALDISSERA, 2021, p. 165).

Dessa forma, ressaltamos também as estratégias, bem como toda a dinâmica e protocolos que foram seguidos na CPI da Pandemia, dos quais destacamos as separações acrílicas entre os senadores, o uso de máscaras e o álcool gel disponível em abundância, vide

Figura 12 - A postura da CPI da Pandemia.



Fonte: Foto de Marcos Oliveira. Reprodução via Agência Senado.

Porém, infelizmente, ainda que com estratégias, esforços e comprovações científicas, as declarações de Bolsonaro sobre as vacinas acumulavam e não se findaram, inclusive, os comentários infortúnios se tornavam cada vez maiores, indicando também doses de preconceitos dos mais diversos, além da evidente falta de empatia para com a população, irresponsabilidade e imaturidade não compatíveis ao cargo ocupado, tal qual pode ser observado a seguir:

Figura 13 - Bolsonaro se recusa a tomar a vacina.



Fonte: Captura de imagem do portal G1

Figura 14 - A vacina e a suposta transformação dos vacinados em jacaré.

A imagem mostra uma captura de tela de uma página do portal G1. No topo, há uma barra vermelha com o menu "g1", o título "POLÍTICA" e o ícone de busca "BUSCAR". Abaixo, há um texto em cinza: "Em dezembro de 2020, durante passagem por Porto Seguro, cidade do sul da Bahia, **Bolsonaro repetiu que não tomaria a vacina.**" Abaixo do texto, há uma citação em um bloco branco com borda vermelha: "Alguns falam que estou dando péssimo exemplo. Ô, imbecil, ô idiota que está dizendo que sou péssimo exemplo, eu já tive o vírus. Eu já tenho anticorpo, pra que tomar vacina de novo? E outra coisa que tem que ficar bem clara. Lá na Pfizer, está bem claro no contrato: nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral." Abaixo da citação, há uma citação em um bloco branco com borda vermelha: "Se você virar um jacaré, é problema seu. Se você virar super-homem. Se nascer barba em alguma mulher ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso." Abaixo da citação, há um texto em cinza: "Ou o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas. Como você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a terceira fase, ainda está na experimental?" Abaixo do texto, há o texto: "Fonte: Captura de imagem do portal G1".

Figura 15 - Passaporte vacinal associado à coeira.

Em dezembro de 2021, **Bolsonaro chamou o passaporte vacinal de "coeira"**.

"Tem uma briga agora sobre passaporte vacinal. Quem é favorável, não se esqueça: amanhã alguém pode impor algo para você, que você não seja favorável. E eu te pergunto, né? Quem tomou a vacina pode contrair o vírus? Pode e contrai. Pode transmitir? Sim, transmite. Pode morrer? Sim, pode. Como tem morrido muita gente."

**"Eu te pergunto, por que o passaporte vacinal? Que essa coeira que querem colocar no povo brasileiro. Eu prefiro morrer do que perder a minha liberdade."**

Fonte: Captura de imagem do portal G1

Figura 16 - Bolsonaro contrariando a Anvisa e cientistas afirma que a vacina não tem comprovação científica.

Após afirmar que não compraria a CoronaVac, Bolsonaro diz que a vacina 'é do Brasil, não é de nenhum governador'.

**"[A vacina] 'não está comprovada cientificamente'."**

Em janeiro de 2021, Bolsonaro fez declaração, contrariando o que disse a **Anvisa e as provas obtidas por cientistas**.

Fonte: Captura de imagem do portal G1

Figura 17 - Bolsonaro, preconceitos e desinformações ao associar Aids e vacina.

Em um live realizada em outubro de 2021, **Bolsonaro fez uma relação completamente falsa e absurda entre a vacina contra a Covid e a Aids**. Facebook e YouTube retiraram o vídeo do ar posteriormente.

"Relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados - quem são os totalmente vacinados? Aqueles que depois da segunda dose, né? Quinze dias depois."

**"Quinze dias após a segunda dose, totalmente vacinados - estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, muito mais rápido do que o previsto."**

Fonte: Captura de imagem do portal G1

Destacamos que em suas falas, sobressaem também elementos de desinformação, que inclusive é uma estratégia da lógica bolsonarista, que desperta um forte elemento de pânico moral associado aos perigos que o uso irresponsável das mídias sociais representaria para as instituições sociais como um todo e para a democracia em particular (CARLSON, 2020). Dessa forma, as *fake news* e todas as respectivas estratégias de desinformação são extremamente nocivas,

nessa chave interpretativa, a incapacidade do cidadão comum de distinguir a verdade de falsificações, em um ambiente informacional pautado pelo excesso de oferta e pela falta de controle, os tornaria vulneráveis a todo tipo de manipulação orquestrada por extremistas internos ou forças estrangeiras (ALBUQUERQUE, 2021, p.132).

Dessa forma, a seguir, buscaremos apresentar os campos hermenêuticos ofertados pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia, como possibilidades à restituição de um espaço público democrático, voltado a contrapor as mentiras e irresponsabilidades públicas fomentadas pelo bolsonarismo, a partir do aparecimento de um bem comum, considerando a vacina como possibilidade democrática de existência das diferenças e de continuidade da vida.

### **3.2 Indícios e materialidades: a oferta de novos campos hermenêuticos pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia em relação às vacinas**

Por outro lado, o que contribuiu para fomentar a CPI da Pandemia, que estamos considerando um dispositivo organizacional e também uma instância de poder democrático que emerge no espaço público, visto que as suas lógicas fizeram emergir contrapontos a tamanha desinformação e infodemia, a partir de uma investigação das próprias consequências do negacionismo em relação à vacina e à ciência, principalmente, nos chama atenção o modo que a CPI da Pandemia aparece também como um poder democrático frente ao bolsonarismo, entendendo este principalmente em sua esfera negacionista.

Afinal, de acordo com a Agência Senado (2021)<sup>26</sup>, "em quase seis meses de trabalho, a CPI da Pandemia colheu mais de 50 depoimentos, quebrou 251 sigilos,

---

<sup>26</sup> Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/10/o-caminho-da-cpi-da-pandemia-da-instalacao-ao-ao-relatorio-final> . Acesso em: 12/06/23

analisou 9,4 *terabytes* de documentos e fez mais de 60 reuniões, marcadas por intensos embates” e no entendimento do presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM): “a comissão já deu certo em dois propósitos básicos: buscar justiça e estimular a vacinação. O percentual da população totalmente imunizada com vacinas saltou de 6,6% no início dos trabalhos, em abril, para 49% agora em outubro”. E tais dados são muito promissores considerando que certos públicos, organização comunicante, estavam se mobilizando da seguinte forma, como em uma manifestação que ocorreu em frente à prefeitura de Curitiba<sup>27</sup>, em dezembro de 2020:

Figura 18 - Manifestantes em frente à prefeitura de Curitiba/PR



Fonte: Reprodução via Instagram.

Portanto, era diante desse cenário que estávamos, que para além de lógicas e desinformações, mobilizou públicos, conforme vemos na figura acima e instigou pessoas a alegarem que cloroquina, azitromicina e zinco salvam vidas, a despeito de informações científicas sobre; bem como solicitaram “chega de mortes sr. Prefeito” em um período de *lockdown*, que foi decretado justamente com o intuito de se evitar uma maior contaminação e por conseguinte mortes; fora o apoio à

<sup>27</sup> Disponível em:

<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/nao-queremos-vacina-temos-cloroquina-cantamm-anifestantes-em-curitiba/>

tratamentos que não tem embasamento científico ao enfatizarem que “não queremos a vacina, nós temos a cloroquina!”

No Brasil bolsonarista quando uma ideia equivocada de “imunidade de rebanho” foi confrontada com medidas de contenção da pandemia, como os lockdowns e o uso de máscaras. Bolsonaro chegou a afirmar, numa live na Internet, que contrair o vírus seria mais eficaz que se vacinar. Olavo de Carvalho foi ainda mais longe, decretando que a “pandemia simplesmente não existe”. Segundo ele, não existiam casos confirmados de Coronavírus, e tudo não passou do “mais vasto caso de manipulação da opinião pública na história humana”. Não é nada improvável que várias pessoas tenham incorporado essa crença a suas atitudes cotidianas e, assim, se contaminado com o vírus (FELINTO, 2023, p.26).

Entretanto, essas atitudes provavelmente ajudaram a aumentar os índices de contaminação, e em meados de 2021, já durante a CPI da Pandemia, emergiram questões como o depoimento da médica Nise Yamaguchi<sup>28</sup>, que defendeu o chamado “tratamento precoce” para a COVID-19, ainda que sem evidências científicas e cuja convocação foi feita porque conforme o próprio relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL) afirmou, a comissão investiga a existência de uma consultoria informal ao governo a favor de métodos considerados ineficazes de enfrentamento à pandemia.

Visto que o principal interesse é para além da discussão da eficácia da cloroquina ou do ‘tratamento precoce’, e sim, voltado a investigar se tais questões foram priorizadas em detrimento da vacinação dos brasileiros, visto que o governo acabou optando por não salvar muitas vidas em função da descrença de uma vacina eficaz e é válido destacar que: “ao contrário do mero erro, o *fake* possui sempre uma intencionalidade, visa a determinado fim específico, independente se esse fim é efetivamente realizado ou não. A finalidade é da ordem da influência e da manipulação” (FELINTO, 2023, p.22) e o depoimento de Nise foi marcado por algumas falas enganosas, que dialogam diretamente com uma tentativa de influenciar e manipular.

Portanto, as falas de Nise endossaram a lógica bolsonarista, e paralelo a isso, temos a fala do senador Omar Aziz (PSD/AM) contrapondo, “peço que desconsiderem o que ela diz aqui” e, principalmente, a fala do Senador Otto Alencar (PSD/BA) que questionava até mesmo sua capacidade médica, visto que ao questioná-la sobre a diferença entre vírus e protozoários, além de dizer “não sabe de infectologia, nem estudou”, ele produziu um momento de enorme repercussão, que

---

<sup>28</sup> Oncologista e imunologista, além de diretora do Instituto Avanços em Medicina, de São Paulo.

culminou em públicos internautas criando memes, circulando-os e oportunizando com aquela fala, uma reflexão acerca daquela médica e quais seus interesses e crenças diante do exposto.

Figura 19 - Charge de Gilmar acerca do depoimento da Dra. Nise.



Fonte: Reprodução via Instagram.

Figura 20 - Otto Alencar, craque do jogo.



Fonte: Reprodução via Instagram.

A figura 20, traz junto à imagem do senador Otto Alencar os dizeres “Craque do jogo”, um termo já popularizado, cujo intuito é de elogiar o desempenho e destaque que geralmente um jogador, mas que alguém teve - no caso Otto Alencar,

por rebater as falas da médica Nise, foi o craque do jogo! E não só ele, visto que naquele mesmo dia, diante do mesmo depoimento, outros senadores ao questionarem Nise obtiveram a mesma alcunha, o que nos proporciona mais um exemplo, que é um *tweet*:

Figura 21 - Senadores enquanto craques do jogo, de acordo com internautas.



Fonte: Reprodução via Twitter.

Dessa forma, ao mostrar senadores enquanto craques do jogo, evidencia-se assim um sentido de disputas, uma expectativa de que alguém “ganhe” e tudo isso aliado às lógicas televisivas de serialidade, além da “torcida” para um determinado personagem, no caso específico uma torcida pelos senadores que confrontam os depoentes e por conseguinte, a lógica do bolsonarismo. Ademais, é preciso refletir também sobre as peculiaridades das redes sociais em que tais memes, por exemplo, circulam bem como compreender também a lógica algorítmica das redes sociais, suas forças, tensões e pressões por parte de outras organizações, que o financiam ou utilizam por exemplo.

Em função disso, é preciso se ater ao contexto da rede social, e no caso do *Twitter*<sup>29</sup>, trata-se de uma grande organização que promove redes organizacionais;

<sup>29</sup> Quanto a isso, inclusive, destacamos que o Twitter apresenta inúmeras incertezas diante do cenário de compra pelo bilionário Elon Musk, e não se sabe ao certo o que irá acontecer com a rede.

por tudo isso, não são apenas pessoas que estão ali livremente falando sobre si, mas também uma rede que interfere, participa e que tem sido frequentemente questionada do ponto de vista ético, e:

aqui é preciso sinalizarmos o fato de que possíveis dilemas éticos informacionais podem emergir dessa relação entre uma organização que fornece seus dados sem restrição e aquela que recebe e usa como desejar esses mesmos dados. E, nesse sentido, pode-se refletir o quão vulnerável está um sujeito ou organização inscrito em um dispositivo midiático endossado por grandes atores globais, ao passo que estão, em sua maioria, ainda distantes da possibilidade técnica de elaboração de mídias e circuitos próprios, a fim de proteger seus dados e relações. (BALDISSERA E VINHOLA, 2020, p.35)

Uma vez que questionamentos éticos com relação ao travamento de não só opiniões, mas de comentários, cujo cunho é tido como liberdade de expressão, mas que diminuem vidas, diminuem existências, também são recorrentes. O que endossa a complexidade e importância do dispositivo organizacional e o porquê do vigente trabalho se empenhar em olhar para essa rede social é a constatação, nos termos anteriormente expostos em Braga (2020), sobre suas lógicas potencialmente comporem um espaço de expressão pautado por tamanha polarização.

De tal sorte, a CPI da Pandemia se tornou um dispositivo organizacional, um espaço polarizado, um espaço de disputas e de horizontes pós-pandêmicos. Nesse movimento, as organizações, em meio à pandemia midiaticizada, parecem estabelecer uma espécie de epicentro no contexto da pandemia da COVID-19, considerando que sujeitos e organizações, de todos os matizes, estabeleceram e têm estabelecido disputas sociais, mas que as forças e os recursos organizacionais, no contexto do digital, como apontado por Baldissera e Vinhola (2021), constituem uma rede de poder, influência e disposição de recursos simbólicos, financeiros, culturais e sociais.

Da mesma maneira, o envolvimento das organizações não é ingênuo, as disputas polarizadas dizem de muitos interesses que não necessariamente estarão explícitos, embora impactem na vida e na opinião pública, e, portanto afetam nosso cotidiano e deveriam ter uma repercussão maior visto que a “população leiga necessita ter acesso a informações científicas que se relacionem com os problemas da vida cotidiana” (ALBAGLI, 1996, p.403) e que deve-se “incluir os cidadãos no debate sobre temas especializados e que podem impactar sua vida e seu trabalho” (BUENO, 2010, p.1).

Portanto, pensando em como cada postagem escolhida no âmbito da rede social nos mostra também uma organização, seja esta favorável, seja contrária à ciência, por exemplo, e como as organizações afetaram e afetam esse aprendizado, buscamos demonstrar alguns indícios (BRAGA, 2012) sobre essa configuração de um espaço comunicacional de aprendizagem sobre a pandemia, atravessado pelas organizações, pela polarização e, de algum modo, por projetos que acabam por apontar horizontes futuros; muitos dos quais já se concretizaram em alguns casos, como o retorno e valorização por parte do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no que diz respeito ao Movimento Nacional de Vacinação.

Figura 22 - Lula lança Movimento Nacional pela Vacinação.



Fonte: Reprodução via Twitter.

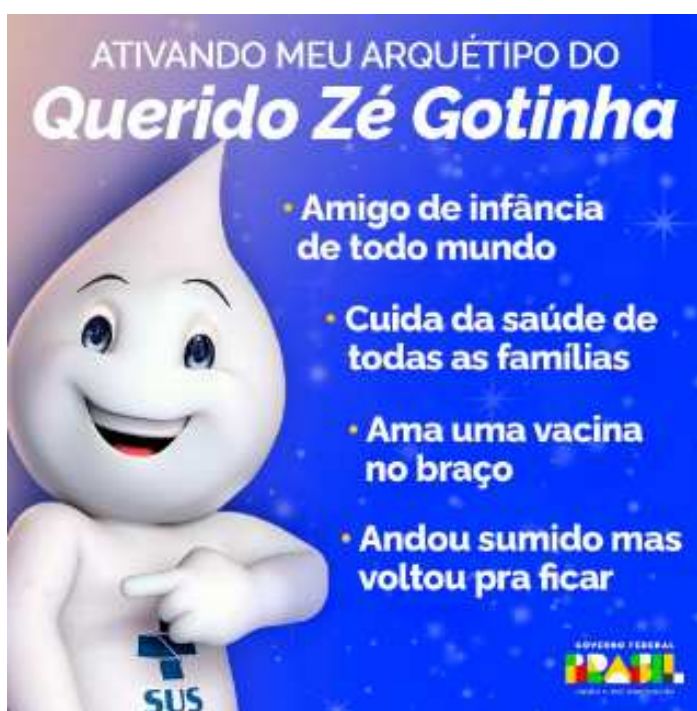
Afinal, a figura acima é extremamente importante, não só por ser um presidente sendo vacinado, mas pela recuperação simbólica de um cuidado para com o bem coletivo, aqui pensado como a vacinação e o presidente que faz questão de ser vacinado, justamente após o anterior tanto ter polemizado ao redor das vacinas, seja adiando a compra das mesmas, seja ao se recusar a falar/divulgar acerca da sua vacinação e respectivo cartão de vacina. A figura 22 mostra Lula sendo vacinado pelo seu vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o Zé Gotinha<sup>30</sup> ao lado, num gesto que reforça a recuperação simbólica desse cuidado para com a nação e indiretamente, através de seus não ditos, fortalece também os novos campos

---

<sup>30</sup> Personagem brasileiro criado para as campanhas de vacinação contra o vírus da poliomielite com o objetivo de tornar o evento mais atraente para as crianças.

hermenêuticos que foram ofertados pela CPI, como a defesa e valorização da ciência através das vacinas. Inclusive, o Zé Gotinha era um ícone em campanhas anteriores e foi resgatado e potencializado,

Figura 23 - Arquétipo de Zé Gotinha.

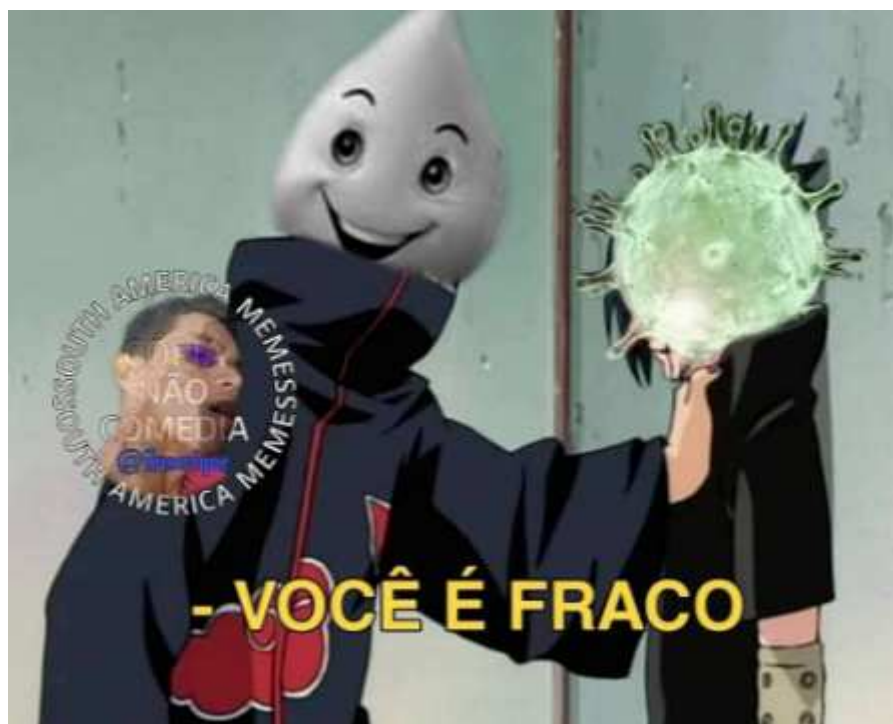


Fonte: Reprodução via Instagram, conta oficial do Ministério da Saúde.

Tanto em campanhas oficiais do governo federal, com uma linguagem acessível, buscando uma aproximação com públicos e especialmente os mais jovens, adaptando o texto para questões em alta no respectivo momento; quanto através de memes, das mais variadas associações, como um adaptado de uma famosa cena do anime Naruto<sup>31</sup>, em que o personagem Itachi coloca seu irmão Sasuke contra a parede e diz “você é fraco”, no meme abaixo temos a representação desse momento, com o Zé Gotinha no corpo do Itachi e o coronavírus no lugar do Sasuke, mantendo os dizeres “você é fraco” e reforçando não só a importância, superioridade e vitória da vacina em relação ao vírus como fortalecendo também o Zé Gotinha.

<sup>31</sup> Série de mangá escrita e ilustrada por Masashi Kishimoto, que conta a história de Naruto Uzumaki, um jovem ninja que constantemente procura por reconhecimento e sonha em se tornar Hokage, o ninja líder de sua vila.

Figura 24 - Itachi vs Sasuke ou Zé Gotinha vs Coronavírus.



Fonte: Reprodução via Instagram, conta America Memes.

Dessa forma, após refletirmos acerca da emergência de novos campos hermenêuticos sobre a vacina, perpassando as análises e reflexões do capítulo, diante dos campos hermenêuticos bolsonaristas e dos novos campos que foram ofertados pelo dispositivo organizacional CPI da Pandemia, apresentamos a seguir nossa aposta de que o dispositivo CPI propiciou também a emergência de uma circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19, conforme veremos no próximo capítulo.

#### 4. CPI DA PANDEMIA E A EMERGÊNCIA DE UMA CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE AS VÍTIMAS DA COVID-19

Neste capítulo, temos como objetivo compreender como a CPI da Pandemia, tomada enquanto dispositivo organizacional, fez emergir, publicamente, um lugar de circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19. Dessa forma, procuraremos compreender como lógicas neoliberais e necropolíticas, admitidas pelo Poder Executivo federal, foram contrapostas no contexto da CPI a partir da emergência do lugar das vítimas, tendo em vista uma nova oferta à circulação de sentidos sobre testemunhos.

Sendo assim, buscaremos problematizar como tais testemunhos e narrativas emergiram, nos contextos mediatizados da CPI, tomando esta última como dispositivo organizacional que possibilitou o espaço de construção de um gesto de restituição de uma espécie de humanização, ao buscar uma conexão com a realidade concreta de vítimas e familiares que foram impactados pela COVID-19.

No esforço empreendido, buscaremos compreender como o gesto de narrar, instituído pela CPI e direcionado às vítimas, fez aparecer toda a lógica neoliberal e necropolítica de um Estado que não era protetor. Neste lugar, indícios como os de um homem que sobreviveu diante de práticas equivocadas da empresa *Prevent Senior*, bem como a emergência da Associação das Vítimas da COVID-19, revelam o quanto o dispositivo organizacional da CPI tencionou a circulação de sentidos posta até então pelo governo federal, em suas tentativas de construção de narrativas oficiais.

Dando continuidade às lógicas já apresentadas e à análise de indícios e materialidades, seguiremos com a bibliografia já apresentada, sobretudo no que envolve a mediação, e buscaremos acrescentar, neste caso, reflexões sobre os testemunhos, a partir do lugar das vítimas. E como novos aportes teóricos, mobilizamos as discussões, principalmente, de Hannah Arendt, Achille Mbembe, Peter Pál Pelbart e Márcio Seligmann-Silva.

#### 4.1. Em meio a lógicas neoliberais e necropolíticas, há espaço para vítimas?

Ao refletir acerca das lógicas neoliberais, foi possível observar também o quanto estas revelaram o lugar da necropolítica (MBEMBE, 2020) e, por consequência, o quanto as vítimas tiveram que lidar com um total descaso, uma total desumanidade por parte do governo. Partimos do entendimento de Achille Mbembe (2020) sobre necropolítica, para que possamos olhar e ponderar sobre outras categorias fundadoras, tais como as noções de vida e morte, ainda que as mesmas não sejam aprofundados no presente trabalho, mas para que possamos, ao pensar nas vítimas, tentar compreender e elucidar as políticas da morte. A necropolítica, definida por Mbembe (2020), pode ser tomada como uma macroestrutura operante em países colonizados, cujo funcionamento, por meio da soberania, propicia que gerencie morte (s).

Vale lembrar que Mbembe (2020) pressupõe também que

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (p.123).

Figura 25 - Ignorando alertas, Brasil é conduzido rumo ao precipício.



Fonte: Captura de tela, portal Brasil de fato.

Dessa forma, o governo, diante do perigo do coronavírus, fez uma escolha (em conformidade com a figura acima) alinhada à sua respectiva lógica bolsonarista, conforme mencionada no capítulo anterior, e apostamos que tal fato se deu por meio de lógicas serializadas que foram manejadas pela própria CPI. Em relação aos meios e à emergência da participação do público, com destaque para tudo que apareceu e reverberou no espaço público, bem como os memes, podemos perceber que tal gesto permitiu que as vítimas pudessem aparecer. Ademais, o aparecimento nos é um termo caro, visto que para Hannah Arendt (2007) é através do aparecimento que construímos a realidade, “é o que constitui um mundo comum que articula os indivíduos em torno daquilo que para eles se configura como interesses comuns” (p.33). Portanto, o lugar das vítimas foi importante para descortinar estratégias necropolíticas e neoliberais, além de importante para a construção da realidade, visto que

a realidade do mundo só pode se manifestar “de maneira real e fidedigna” quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem a mesma coisa, na mais completa diversidade (TELLES, 1990, p.4).

Ressalta-se que visibilidade e aparência coincidem para Arendt, esta que também reconhece que “nada do que existe, na medida em que esta coisa aparece, pode existir no singular” (2007, p. 34) e trata-se aqui de uma singularidade que não é a mera projeção das particulares diferenças que existem na esfera privada, pessoal e subjetiva; e sim, uma singularidade construída através da ação e do discurso.

Ao pensar em ação e discurso, infelizmente, não esquecemos (e nem podemos) do ex-presidente, que fez trocadilhos com seu sobrenome<sup>32</sup> (Messias) e se isentava a todo o momento de qualquer culpa, visto que “não faria milagres”. Ora, o mínimo de um governante é zelar pelo bem comum da nação e com algumas medidas relativamente simples, ou até menos do que isso: apenas não atrapalhando, não mentindo e tampouco incitando ódio, violência e dúvidas, o presidente poderia ter poupado muitas vidas.

---

<sup>32</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml> Acesso em: 23 jul 23

Inclusive, em meados de junho/21, o número de mortos era de aproximadamente 500 mil, e o epidemiologista e pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pedro Hallal, informou em depoimento à CPI da Pandemia naquele mesmo período que: “quatro em cada cinco mortes pela doença no país eram evitáveis caso o governo federal tivesse adotado outra postura — apoiando o uso de máscaras, medidas de distanciamento social, campanhas de orientação e ao mesmo tempo acelerando a aquisição de vacinas. Ou seja, de acordo com suas estimativas, pelo menos 400 mil pessoas não teriam morrido pela pandemia” (Agência Senado, 2021).

Evidencia-se que é preciso apurar a culpa de Bolsonaro à frente do principal posto de comando da gestão pública brasileira - ainda que ele minimize e até mesmo desdenhe da situação e não apenas do vírus, mas dos que foram acometidos e as respectivas vítimas, estas que definitivamente não são dados quantitativos apenas (e ainda que fossem, foram centenas de milhares, literalmente). Dado que poderia pressupor uma empatia ou reavaliação e reorganização da conduta até então utilizada no enfrentamento à pandemia, porém, saúde e doença se opõem radicalmente, assim como o Bem e o Mal — por princípio (Pelbart, 1989). Desta forma, em meio a essa dicotomia, Jair Bolsonaro nem tentou disfarçar que faz parte da doença/mal, como apontam as pesquisas<sup>33</sup> de que centenas de milhares de mortes poderiam ter sido evitadas, conforme podemos observar nas imagens a seguir:

Figura 26 - E daí?



Fonte: Reprodução via Instagram.

<sup>33</sup> Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam> Acesso em 22 jul 23

Figura 27 -Milhares de motos e corpos



Fonte: Reprodução via Instagram

De tal sorte, Mbembe (2020) também argumenta sobre as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) e assim, passam a reconfigurar eminentemente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Além disso, o intelectual sul-africano demonstra que, para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, a noção de biopoder, inicialmente proposta por Michel Foucault, precisa ser também problematizada em contextos colonizados, nos quais sua clarificação tende a ser vista pelas lógicas da necropolítica.

De fato, algumas noções nos parecem emergir também pelo caráter inédito da pandemia midiaticizada e suas respectivas peculiaridades já apresentadas nos capítulos anteriores; entretanto, ressaltamos uma lacuna para descrever o quão cruéis foram as falas e atitudes de Jair Bolsonaro e seu respectivo governo, além de reiterar que vivenciamos

uma indigesta e lastimável contenda pública, pautada por um Governo Federal que tumultua as rotinas, provoca desarmonias entre os territórios estadual e municipal, questiona a eficácia dos estudos científicos a partir da promessa de fórmulas mágicas e enquadramentos religiosos e parece se equilibrar justamente no desequilíbrio que teima em alimentar (MAFRA; PROCÓPIO, 2020, p.84).

E da mesma forma que apontamos no capítulo 2, principalmente através das duas categorias de análise voltadas a indícios e materialidades de campos hermenêuticos acerca das vacinas e referentes ao bolsonarismo e ao dispositivo

organizacional CPI da Pandemia; o presente capítulo objetiva reforçar as ideias anteriormente apresentadas e enfatizar tal aplicação em relação às vítimas. Com o entendimento de que motociatas<sup>34</sup> foram feitas à revelia e financiadas com o cartão corporativo do presidente, mas não eram as únicas formas de expressão diante de um momento tão sensível, se em um polo temos o bolsonarismo e suas lógicas neoliberais e necropolíticas, no outro temos a CPI da Pandemia enquanto um dispositivo organizacional que possibilita e potencializa uma circulação de sentidos sobre as vítimas.

Neste caso, torna-se importante destacar o entendimento da noção (não unicamente conceitual) de vítimas utilizado no trabalho: nos contextos pandêmicos, podemos tomar as vítimas sob uma perspectiva ampliada, qual seja: toda e qualquer pessoa foi uma vítima da pandemia, uma vez que tal quadro mundial afetou, de alguma forma, qualquer sujeito, e foram diversas as formas de se experienciar a pandemia. Portanto, ao ampliar o sentido de vítima, possibilitamos que novos campos hermenêuticos sejam revelados e tais campos de interpretação sejam reveladores, para além da dicotomia vida e morte. Tomemos como exemplo a figura a seguir:

Figura 28 - Milhares de mortos



Fonte: Reprodução via Instagram, conta Bolsominions Arrependidos.

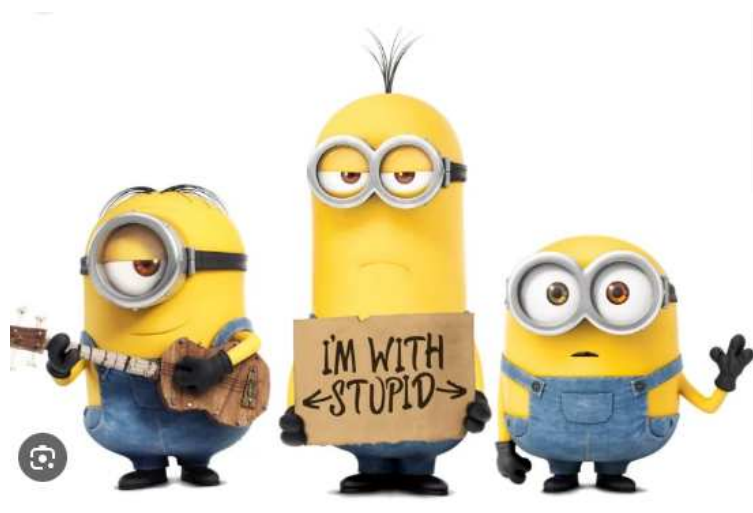
<sup>34</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/01/cartao-corporativo-foi-usado-para-137-abastecimentos-e-m-motociatas-de-bolsonaro.shtml> Acesso em: 02/08/2023

Um homem carrega um cartaz de papelão, com os dizeres “não adianta reunir milhares de motos. Você Bolsonaro sempre será lembrado pelos milhares de mortos” em uma referência às fatídicas motocicletas realizadas por Jair Bolsonaro. Ele está com uma camisa amarela, da seleção brasileira de futebol, que representa - ou melhor, foi apropriada ainda que de modo indevido enquanto um símbolo bolsonarista<sup>35</sup> - um gesto de enfrentamento<sup>36</sup> a seu uso pelo bolsonarismo, numa espécie de resgate à nossa camisa do Brasil e não de um político específico, bem como de uma resignificação desse uso equivocado que lhe foi concedido. Não há informações sobre a identidade desse homem, e ele também está utilizando uma máscara com a frase “fora Bolsonaro”; e o que mais nos chama atenção é o fato de a imagem estar em uma conta no Instagram chamada “bolsominionsarrepentidos”.

A existência de uma página como essa tende a demonstrar um outro polo, uma outra perspectiva em meio a um cenário midiático e por conseguinte, tão polarizado. O nome da página implica em uma alusão, de um modo crítico, aos bolsonaristas enquanto bolsominions<sup>37</sup> e demarca que estes estão arrependidos e atualmente defendendo lógicas contrárias às do bolsonarismo, reconhecendo o “erro” em ter apoiado e agido como um seguidor implacável de Jair Bolsonaro.

Figura 29 - Minions.



Fonte: Reprodução via Instagram.

<sup>35</sup>Disponível em:

<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/01/10/como-camisa-cores-selecao-brasil-eira-simbolo-bolsonarismo.htm> Acesso em: 02/08/2023

<sup>36</sup> Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-cbf-se-cansou-de-ver-bolsonaristas-com-a-camisa-da-selecao> Acesso em: 02/08/2023

<sup>37</sup> Em alusão aos personagens minions

O termo bolsominion nasceu como um meme, uma junção dos bolsonaristas comparados aos minions — criaturas amarelas fictícias que aparecem na famosa franquia “Meu malvado favorito” da Illumination. Visto que são de um amarelo-bandeira vibrante, massivos, atrapalhados e seu respectivo objetivo tende a ser servir vilões, os opositores ao governo não tardaram em fazer memes sobre, que popularizaram o termo bolsominion - e o utilizam para comparar de modo irônico e também pejorativo ao segmento de apoiadores do ex-presidente que lotavam as ruas com camisetas e bandeiras do Brasil, pelas semelhanças com os personagens minions.

Figura 30 - Bolsominion.



Fonte: Reprodução via Instagram.

Figura 31 - Bolsominions, a representação



Fonte: Reprodução via Instagram.

A partir da criação e da conseqüente popularização do termo, observamos uma circulação de novos significados em meio a uma perceptível polarização, principalmente entre a política e a necropolítica. Além de pensar que tal polarização e associação a ser ou não ser um bolsominion implica em várias questões contemporâneas, fora as políticas, visto as tensões perpassadas por lógicas neoliberais e necropolíticas, ao considerarmos os contextos brasileiros em meio à pandemia.

Dessa forma, novos campos hermenêuticos revelavam que, para além de não ser bolsominion, existe também um movimento de reafirmação sobre não ser um bolsominion, que é reforçado com o uso das camisas do Brasil, em imagens como a do homem com o cartaz (figura 28 ) e a que será apresentada a seguir:

Figura 32 – Não me confunda com um Bolsominion



Fonte: Reprodução via Instagram.

Por consequência, ao vermos essas imagens podemos considerá-los vítimas? Ser bolsominion implica em ser vítima? Se arrependeu de apoiar Bolsonaro após a perda de um ente querido? Contraiu COVID-19 e ficou com sequelas? Conhece alguém? Vítima de um sistema, muito mais amplo? Perdeu o emprego? Um ser humano que, dentro do esperado, se sensibilizou com o número de mortes? Se indignou com o fato de as motos parecerem mais importantes do que vidas? Revoltou, pois muitas mortes poderiam ter sido evitadas?

São inúmeras as possibilidades e as páginas não trazem mais informações acerca das imagens em específico, portanto, não há respostas certas ou erradas, apenas suposições a fim de demonstrar a amplitude cabível à noção de vítima e a seus respectivos usos. Embora ilustramos neste item uma noção geral de vítimas, e se há de fato espaço para que elas apareçam em meio a lógicas neoliberais e necropolíticas, é inegável a existência de vítimas na/da pandemia frente a uma atmosfera, sobretudo de medo, que vivenciamos nos últimos anos; dessa forma, destacamos no item a seguir como a CPI da Pandemia enquanto um dispositivo organizacional foi também importante para as vítimas, através de testemunhos do contexto, sobretudo ao fazer aparecer suas principais: sujeitos que perderam a vida pelo vírus, bem como seus familiares.

#### **4.2. CPI expõe vazio negacionista e combate *fakes* através de testemunhos fortes, estratégicos e humanos**

Conforme vimos no item anterior, o cenário brasileiro do governo federal foi pautado, no contexto da pandemia, por lógicas de necropolítica e diante de tal, reiteramos que “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror” (MBEMBE, 2020, p. 146).

Dessa forma, muitas vezes não ter uma ampla divulgação, de questões neste caso relacionadas ao enfrentamento da pandemia, às vacinas, além de uma tentativa de invisibilidade também se refere aos chamados interesses extracientíficos (BUENO, 2010), que tendem a estar envoltos em lógicas neoliberais e que podem ser melhor compreendidos a partir do caso/escândalo da operadora *Prevent Senior*. A empresa operadora de plano de saúde, pelos últimos anos<sup>38</sup>, foi destaque em manchetes sobretudo do setor econômico: sucesso nos negócios; inovação ao criar um plano de saúde voltado ao público idoso; expansão do plano e de uma rede hospitalar própria.

Entretanto, em setembro de 2021, as coisas mudaram e a empresa se tornou alvo de sérias denúncias, investigadas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

---

<sup>38</sup> Como o plano de saúde investigado cresceu, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58714986>. Acesso em: 13/08/2023.

da Pandemia por conduta antiética e anticientífica na pandemia. Iniciava-se assim o escândalo da Prevent Senior, que dentre as sérias denúncias continha: alteração de prontuários médicos para camuflar mortes por COVID-19; pesquisas médicas realizadas sem o consentimento dos pacientes; distribuição de medicamentos para o chamado tratamento precoce da doença através do Kit COVID – que não têm qualquer eficácia comprovada; retirada precoce dos pacientes em isolamento para que os hospitais pudessem ser mais rapidamente ocupados e reduzirem assim os custos do plano; a obrigação da prescrição e entrega do chamado “Kit COVID”; ameaça de demissão e outros.

Tais normas vigentes na empresa coagiram os profissionais e colocaram pacientes em risco, propiciando um escândalo de omissões e crimes. Alguns dos indícios tendem a apontar, inclusive, para um conluio com o então governo visando aumentar o uso da hidroxicloroquina (um dos medicamentos do Kit COVID) e passar mais credibilidade às inúmeras *fake news*, o que culminou em um dos maiores escândalos éticos e médicos da nossa história. Um caso que através de sua conduta visibiliza o negacionismo, o anticientificismo, além das lógicas e interesses extracientíficos que perpassam, por exemplo, a questão da vacina e tantas outras.

De tal modo, é perceptível que a CPI da Pandemia é também um dispositivo de enfrentamento às lógicas bolsonaristas, conforme já discutimos anteriormente, e que potencializou e propiciou o aparecimento das vítimas, sobretudo através dos testemunhos. Afinal, tais testemunhos também possuem a dimensão de registro temporal, de memória e

o texto, nestes casos, se transforma em um dique. A potência que guarda pode ser transformada em energia mesmo muitos anos depois de passados os fatos, justamente porque na estrutura do texto se entrecruzam, em uma trama, a vida íntima com a pública (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 7).

E a CPI conseguiu articular textos que iam de encontro ao despautério que vivenciávamos, por meio de testemunhos estratégicos, fortes e humanizados, o que a tornou tão relevante em meio ao espaço público, visto que ela possibilitou também uma espécie de atmosfera para esse entrelaçamento das tramas íntimas com as públicas, conforme veremos a seguir.

Figura 33 - O veio da Havan depõe.



Fonte: Reprodução via Instagram.

Figura 34 - Quantas infrações cabem nessa foto?



Fonte: Reprodução via Instagram.

O depoimento do empresário Luciano Hang, o dono da Havan que é também popularmente conhecido como o “veio da Havan”<sup>39</sup>, foi muito aguardado em função

<sup>39</sup> Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2023/04/luciano-hang-o-veio-da-havan-despenca-na-listad-e-mais-ricos-do-mundo-da-forbes.ghtml> Acesso em: 20/08/23

de ser um notório apoiador público de Jair Bolsonaro e ter sido convocado a prestar depoimento aos senadores sob a suspeita de integrar o chamado gabinete paralelo<sup>40</sup>, ademais Hang autorizou o uso do kit COVID (sim, aquele que não possui evidências científicas) e tratamentos ineficazes em sua mãe, que faleceu após complicações relacionadas ao coronavírus, mas que não tinha em sua certidão de óbito nenhuma menção à COVID-19<sup>41</sup>.

Figura 35 - Quem são os verdadeiros vilões?



Fonte: Reprodução via Instagram.

<sup>40</sup> Grupo formado por médicos e empresários que teria aconselhado o presidente na condução da crise sanitária à margem do que a ciência dizia e fora da estrutura do Ministério da Saúde. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/19/cpi-relatorio-mostra-atuacao-de-bolsonar-o-gabinete-paralelo-e-prevent-senior-para-defender-tratamento-ineficaz-contra-covid.ghtml>. Acesso em: 20/08/23

<sup>41</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/29/equipe-de-luciano-hang-sabia-desde-abril-que-covid-nao-constava-no-atestado-de-obito-da-mae-do-empresario.ghtml> Acesso em: 20/08/23

O depoimento do “veio da Havan” foi realizado em 29/09/2021 e no dia anterior, a advogada Bruna Morato depôs. Vale lembrar que o escândalo *Prevent Senior* estava em voga e Bruna era a advogada dos ex-médicos da *Prevent*, mais especificamente dos 12 médicos que denunciaram a empresa. Ao longo de aproximadamente sete horas de depoimento, a advogada relatou ameaças, mostrou um pacto negacionista e um dossiê de acusações, além de ser quem disse que os médicos recebiam a orientação de que: “óbito também é alta” e “a família nunca vai descobrir”.

O óbito também é alta. “O terror e a morte não se encontram em lados distintos. Terror e morte estão no coração de cada um” (MBEMBE, 2020, p. 146). O óbito também é alta.

Figura 36 - Testemunho que nos revelou o “óbito também é alta”



Fonte: Reprodução via Instagram.

Sensibilizados, incrédulos, revoltados e inúmeras outras sensações que não cabem descrição aqui, com o testemunho de Bruna, observamos que foi um dos dias cruciais da CPI da Pandemia, em termos de alcance, visibilidade, reverberação e memória, uma vez que era o assunto dos *Trending Topics* do *Twitter*: os *feeds* e *timelines* das redes sociais circulavam intensamente falas de Bruna durante a CPI junto à comentários, charges, opiniões diversas. Fora as conversas formais e informais sobre, sem dúvida, um testemunho que foi destaque e trouxe uma nova circulação de sentidos com relação às vítimas, espantou e impactou os senadores e

grande parte da população brasileira, tendo como base no destaque obtido através das redes sociais.

Mais uma vez, “óbito também é alta”, ainda que seja tentador reformular a frase, nos atemos a ela a fim de não apenas problematizar, e sim, buscar refletir sobre os tantos interesses e lógicas que perpassam nossa experiência pandêmica, bem como compreender os impactos dela, visto que não é só uma frase e não ficou apenas no dito por Bruna em depoimento à CPI: ela transcende e é ressignificada, para além das redes sociais, como podemos observar a seguir:

Figura 37 - Óbito não é alta!



Fonte: Reprodução via Instagram.

Portanto, lidamos com o fato de que a memória, antes de ser individual, é coletiva (Seligmann-Silva, 2010) e os depoimentos, também entendidos enquanto testemunhos nesses casos apresentados, evocam essa coletividade. Em função disso, foi possível observar que diversos públicos se mobilizaram e mantiveram vigilantes, de modo que a CPI enquanto dispositivo organizacional ofereceu lógicas indiretas de influência sobre a opinião pública ao expor tais testemunhos.

Outro desafio metodológico importante a ser considerado é a própria temporalidade das informações acerca dessas práticas de influência indiretas. Na maior parte das vezes, as iniciativas de vigilância acabam por descobrir práticas abusivas muito tempo depois dos efeitos daquelas ações, o que implica uma pesquisa que está sempre voltada para o passado (SILVA, 2020, p. 49).

Além de implicar em pesquisas, apurações e vigilâncias voltadas para o passado, ainda que recente, os testemunhos possuem também o desafio de um genocídio negado (Seligmann-Silva, 2010), pois há necessidade de se construir espaços para dizer sobre, para que não ocorra uma negação coletiva que tende a matar duas vezes suas vítimas, bem como simbolicamente assassiná-las de modo contínuo.

É por isso que, ainda que talvez tardio, se considerarmos já as centenas de milhares de mortes, é de suma importância ouvir os testemunhos, uma vez que eles permitem que possamos conduzir o processo de luto, que não nos pode ser negado.

Apenas deste modo ela crê que se poderia finalmente proceder ao trabalho de luto, que até o momento foi travado e impedido por conta da negação. O negacionismo, neste caso, é apenas um caso particularmente radical de um movimento que acompanha o gesto genocida. O genocida sempre visa à total eliminação do grupo inimigo para impedir as narrativas do terror e qualquer possibilidade de vingança. Os algozes sempre procuram também apagar as marcas do seu crime (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.10).

Figura 38 - E daí??

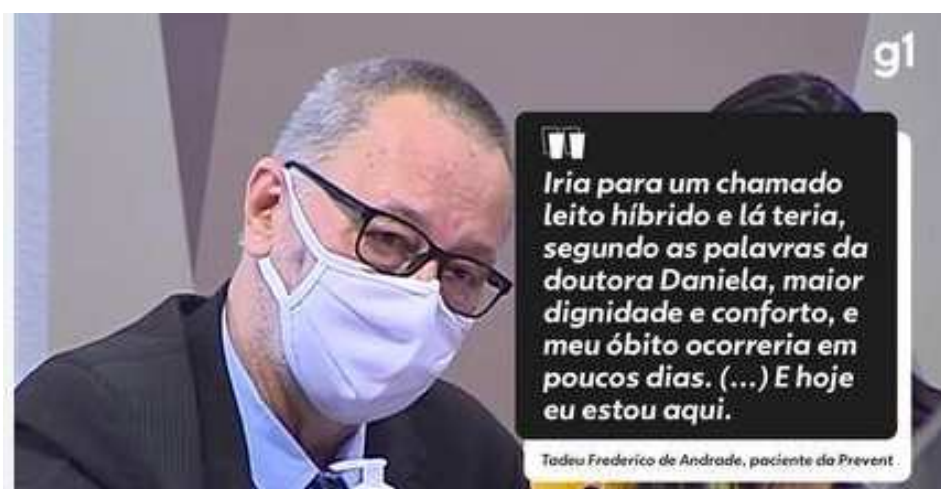


Fonte: Reprodução via Instagram, chargista Duke.

Através de frases como “e daí? ” E “óbito também é alta”, entendemos o esforço em negligenciar, minimizar, impedir narrativas das vítimas, o que pode ser também uma forma de silenciamento diante de gestos genocidas. O que reafirma a magnitude dos testemunhos, como o de Tadeu Frederico de Andrade, paciente da Prevent Senior que ficou 120 dias internado com COVID.

O testemunho pode, justamente, servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catástrofe. A uma era de violência e de acúmulo de crimes contra a humanidade corresponde também uma nova cultura do testemunho. O testemunho tanto artístico/literário como o jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos. Esta passagem pelo testemunho é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limite, como para sociedades (...) (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.11).

Figura 39 - Tadeu sobrevive para contar



Fonte: Reprodução via Instagram.

Tadeu se emociona, além de descrever horrores a que foi submetido, o que ouviu da médica Daniela e como um dos pontos principais de seu testemunho, ele se declara um sobrevivente.

Esta é uma questão central, que assombra o testemunho do sobrevivente em mais de um sentido. Em primeiro lugar, porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência. A situação radicalmente outra, na qual todos deveriam morrer, constitui sua origem negativa. A indizibilidade do testemunho ganha com este aspecto um peso inaudito. Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no sentimento de irrealidade da situação vivida. O teor de irrealidade é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma. Mas, para o sobrevivente, esta “irrealidade” da cena encriptada

desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo. E mais, o negacionista parece coincidir com o sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.10).

De fato, estamos diante de uma situação e de um sentimento sobre algo excepcional, este que não se finda no testemunho de Tadeu, visto que outras vítimas foram ouvidas e infelizmente tantas outras poderiam também estar vivas para testemunharem sobre. Dentre os exemplos de demais testemunhos, temos o de Kátia dos Santos e Giovanna Gomes da Silva, representando os órfãos da COVID-19; Antônio Carlos Costa, fundador da ONG Rio de Paz; e tantos outros que são vítimas em meio a suas singularidades experienciais.

Figura 40 - Vítimas depõem



Fonte: Reprodução via Instagram.

Destacamos e apostamos que a circulação de sentidos acerca das vítimas da COVID-19, teve maiores proporções nos meses de setembro e outubro de 2021, uma vez que coincidem temporalmente com os depoimentos do “veio da Havan” em 28/09; advogada Bruna em 29/09; o paciente Tadeu em 07/10 e de Marco Antonio do Nascimento Silva, em 18/10, ainda que ao longo de todo o período da CPI da Pandemia houve um cuidado para com as vítimas, para que não fossem negligenciadas sob nenhuma hipótese, cuidado que também foi materializado em plaquinhas, através do gesto de atualizá-las de modo constante diário com o número até então atual de mortos.

Figura 41 - O depoimento de Marco Antonio.



Fonte: Reprodução via Instagram.

O senhor da imagem acima, é Marco Antonio do Nascimento Silva e sem demérito algum aos demais testemunhos que não foram citados no presente trabalho por questão de recorte angulativo, representa um testemunho extremamente humano e forte. Por estes termos, convoco a lembrança de quem é Marco Antonio, ao mostrar a seguinte imagem:

Figura 42 - Brasil, país do futebol ou das covas?



Fonte: Reprodução via Instagram.

Em junho de 2020, houve uma manifestação da ONG Rio de Paz, na areia da praia de Copacabana, Rio de Janeiro (RJ). Cruzes foram fincadas na areia em alusão aos mortos pelo coronavírus. Naquele momento, um homem entrou e começou a retirar as cruzes e a incitar violência, proferindo palavras de ódio em meio a um ato pacífico; uma gravação é feita e pouco depois se torna viral: Marco Antonio recoloca as cruzes em homenagem aos mortos pela doença e faz um apelo por empatia e compaixão. Ele é pai de Hugo, 25 anos, um jovem saudável que não integrava nenhum grupo de risco e faleceu após 16 dias internado, vítima da COVID-19.

Figura 43 -As cruzes são recolocadas



Fonte: Reprodução via Instagram.

Enquanto memória, falar sobre e ter tais registros é fundamental, e o que a CPI da Pandemia permitiu emergir é primordial, visto que representa um espaço de fala que não deve ser cerceado, frente à abertura de horizontes possíveis sem ignorar o recente passado, afinal

para o sobrevivente, sempre restará este estranhamento do mundo, que lhe vem do fato de ele ter morado como que “do outro lado” do campo simbólico. O testemunho funciona para ele como uma ponte para fora da sobrevida e de entrada (volta) na vida. Neste testemunho, misturam-se fragmentos, como que estilhaços (metonímias) do seu passado traumático, a uma narrativa instável e normalmente imprecisa, mas que permite criar o referido “volume” e, portanto, um novo local fértil para a vida (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.11).

Que possamos ter este novo local fértil para a vida, esses novos sentidos e campos hermenêuticos, sem esquecer jamais do ocorrido e sua respectiva gigante proporção, essa também foi uma das mensagens deixadas pela CPI da Pandemia e que trazemos a imagem abaixo para ilustrar, ao considerarmos os símbolos presentes ao final do testemunho de Marco Antonio.

Figura 44 - O Brasil que queremos, democrático e empático



Fonte: Reprodução via Instagram.

Dessa forma, a imagem é simbólica por ter os senadores e Marco Antonio, com bandeiras brancas, máscaras e uma bandeira do Brasil ao centro. O que reforça uma mensagem de enfrentamento, de uma circulação de sentidos potente que emerge, de um encerramento com relação ao que foi apresentado no testemunho de Marco Antonio, que pontuou sobre a dor não ser “mimimi”<sup>42</sup>, criticou todos os deboches, sobretudo os que foram feitos por parte do governo, ao sinalizar “e daí que seu filho morreu? ” Em referência ao fatídico e infeliz “e daí” dito pelo então presidente.

Portanto, conforme apresentamos, a CPI da Pandemia tomada enquanto dispositivo organizacional, possibilitou a emergência pública de uma nova circulação de sentidos sobre as vítimas da COVID-19. Sobretudo, ao contrapor no contexto da

<sup>42</sup> Tal expressão trata-se de uma gíria que ficou bastante popular na internet, usada para imitar ou descrever alguém que supostamente apresenta observações, reclamações e ressalvas desnecessárias sobre uma determinada realidade.

CPI, lógicas neoliberais e necropolíticas que foram admitidas pelo Poder Executivo federal, além de potencializar a partir da emergência do lugar das vítimas, uma nova oferta à circulação de sentidos a partir dos testemunhos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou problematizar como a CPI da Pandemia permitiu a emergência de novos campos hermenêuticos que confrontaram as visões da circulação de sentidos do governo federal, nos contextos públicos brasileiros. Desse modo, buscou compreender como a CPI da Pandemia permitiu a emergência de tais campos, enquanto objetivo geral, e apresentou objetivos específicos que foram desenvolvidos e demonstrados no decorrer dos três capítulos.

Após uma introdução sobre o tema proposto e também sobre suas dificuldades, sobretudo as iniciais, que muito estão relacionadas a uma atmosfera de medo diante do governo anterior e possíveis desagravos ao não só abordar o tema, mas fazê-lo por meio da angulação proposta, destacamos que este trabalho foi desenvolvido em um período que coincidiu com o período pandêmico, em que acompanhamos a CPI e ela ainda não era objeto de estudo do trabalho, de modo que, apenas em um momento posterior, tal realidade nos apresentou como foco desta pesquisa. Assim, torna-se válido ressaltar o nosso primeiro objetivo específico, que foi investigar e analisar a CPI da Pandemia como um dispositivo organizacional, marcado pela mediação, pela serialidade e pela emergência de novos campos hermenêuticos, conforme apresentado no primeiro capítulo.

Em seguida, objetivamos situar e apontar as relações de poder tensionadas pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia frente à informação pública, com foco nas disputas de sentido instauradas em torno da vacina, reveladas no segundo capítulo, com destaque para as duas principais categorias de análise deste, sendo os indícios e materialidades: os campos hermenêuticos do bolsonarismo em relação às vacinas e indícios e materialidades: a oferta de novos campos hermenêuticos pelo dispositivo organizacional da CPI da Pandemia em relação às vacinas.

Por conseguinte, após analisar, apontar e tensionar a CPI da Pandemia enquanto um dispositivo organizacional e seu papel em torno das diversas disputas de sentido, bem como da vacina, visamos compreender como tal dispositivo organizacional fez emergir, publicamente, um lugar de circulação de sentidos também sobre as vítimas da COVID-19, nosso último objetivo específico e exposto no terceiro capítulo, junto aos testemunhos e suas significâncias.

Tais objetivos específicos foram delineados a partir de um esforço metodológico que buscou combinar a proposta de uma pesquisa em comunicação a partir do paradigma indiciário, de Braga (2008), combinada com uma compreensão dos materiais coletados a partir da noção de materialidades da comunicação, de Gumbrecht (2010). Nesse sentido, buscamos selecionar um conjunto variado de materiais que evidenciam as lógicas não lineares de circulação da midiatização da CPI, tomando-os como indícios nunca totalizáveis do fenômeno - embora suficientemente capazes de oferecer possibilidades interpretativas a partir das teorias elencadas. Quanto a isso, é importante ressaltar que consideramos tais indícios como componentes de campos hermenêuticos, em meio aos quais os sentidos postos em circulação foram ativados por efeitos de presença - evidenciando atmosferas, sensações, emoções e sentimentos.

Com relação especificamente a este aspecto, é fundamental dizer que não é possível a construção de uma generalização sobre tais efeitos de presença, uma vez que se tratam de disposições singulares, sempre implicadas num corpo que lê e produz suas interpretações. Por tudo isso, os efeitos de presença aqui descritos representam, antes de tudo, afetações que se produziram no corpo da pesquisadora-mestranda (e cancelados pelo corpo do orientador deste trabalho), retomados pelo movimento analítico proposto por Braga (2008), qual seja: uma verificação da possibilidade de que tais efeitos pudessem também ser sentidos por outras pessoas - sem necessariamente haver garantias exatas nesta direção (embora intuições e percepções, como aponta Gumbrecht (2010) sobre as materialidades da comunicação, são mobilizadas a partir de inferências voltadas a um gesto não apenas individual, mas social e coletivo).

Nesse sentido, esse trabalho se mostrou como um esforço preliminar de análise da CPI da Pandemia, as disputas em campos hermenêuticos que foram (in) visibilizadas e a reconfiguração da pandemia nos contextos brasileiros que tanto nos chama atenção e que por mais que a Organização Mundial da Saúde (OMS) tenha declarado, em Maio/2023, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)<sup>43</sup> referente à COVID-19, ainda é recente essa experiência-limite acarretada pelo coronavírus e vivemos ainda uma reconfiguração

---

<sup>43</sup> Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente> Acesso em: 23/08/2023

de cenários, em que diversos segmentos da sociedade se adaptaram e/ou ainda estão adaptando ao “novo normal”<sup>44</sup>.

Entendemos também a amplitude da CPI da Pandemia enquanto um dispositivo organizacional, e que o trabalho, a partir das escolhas metodológicas e da coleta dos indícios apresentados, não apresentou uma visão completa acerca da CPI, visto que nos aprofundamos em um dos pólos da mesma. O recorte do trabalho é, na medida do possível, amplo e talvez essa seja também sua principal contribuição, haja vista que ele abre possibilidades de análise, das quais muitas não foram possíveis de detalhar e que podem render uma continuação acadêmica do trabalho.

Portanto, acerca de trabalhos futuros, vislumbramos endereçar alguns questionamentos sobre esse outro pólo, a fim de pensar a CPI a partir de um olhar que também é mobilizado por grupos do bolsonarismo. Logo, coletar memes e demais indícios desses outros contextos para também pensar o dispositivo organizacional CPI da Pandemia sob a perspectiva desses grupos, é gesto relevante, visto que houve também um espaço de mobilização das redes bolsonaristas, não abordado nesta pesquisa. Em investigações postas num horizonte recente, vislumbramos também endereçar e aprofundar alguns questionamentos no que tange às instituições modernas Estado, Mercado e Ciência e as tensões polarizadas mediante necropolítica, neoliberalismo e eugenia

Além disso, pesquisas futuras podem reforçar o caráter polarizador das disputas que se delinearão em meio à CPI, muitas das quais, por uma questão de lógicas algorítmicas, provavelmente não chegamos a acessar. Outra possibilidade iminente é a de explorar ainda mais os testemunhos, com o suporte literal das falas, bem como de explorar ainda mais a noção de melodrama (Martín-Barbero), junto à tentativa de ruptura das bolhas que talvez tentem impedir ou enviesar a visualização desse choque constante das disputas entre os pólos na/da CPI.

Dessa forma, essas são algumas das ideias que poderão ser desenvolvidas em trabalhos futuros, com o intuito de reforçar o contexto de disputas, sobretudo internas, que já é caro a uma CPI e em especial à CPI da Pandemia, vista também enquanto um dispositivo organizacional. Certamente tais trabalhos irão proporcionar

---

<sup>44</sup> Novo normal é a forma em que uma economia, sociedade, etc. tende a se instalar após uma crise, quando esta difere da situação que prevalecia antes do início, no caso a emergência e crise sanitária da COVID-19.

clareza para entender o quanto esse ambiente, essa atmosfera comunicacional que emergiu com a pandemia, estimulou/a determinadas aprendizagens sociais - gesto este centrado numa pesquisa de interface entre os campos da comunicação e da educação. De tal sorte, tomamos a educação como um movimento comunicacional amplo, que ocorre em sociedades midiaticizadas a partir de lógicas midiaticizadas de circulação, que insinuem e tentam prescrever valores, visões de mundo e percepções a partir de formas coletivas de produção de identificação de sujeitos - estes que, de algum modo, se tornam motores da midiaticização, a partir do compartilhamento de tais aprendizados e do engajamento, ainda que polarizado, em tais lógicas. À medida em que o trabalho se mostrava desafiador, ele aparentava ser também gratificante, uma vez que ao propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito como um dispositivo organizacional, e no caso, a CPI da Pandemia em um momento considerado ainda pandêmico, pudemos academicamente aplicar noções referentes a: lógicas de midiaticização; produção da polarização; serialidade; circulação de sentidos; oscilações e simultaneidades da/na comunicação organizacional; campos hermenêuticos; restituição democrática em contextos organizacionais de desinformação científica, dentre outras.

Contudo, para muito além de um gesto de eficácia acadêmica, a sensação é de que diante de tanta impotência sentida no decorrer da CPI e de praticamente frente a todos os momentos apresentados, para além do mínimo (entendendo este como se vacinar e se cuidar, por exemplo), a realização do presente trabalho é um gesto de resistência, de cuidado, de tentar contribuir para com uma ciência que fora tão atacada nos últimos anos, além de reiterar a gravidade do que foi experienciado e a importância das manifestações de movimentações de públicos - sejam testemunhos, sejam memes - que não só foram estratégias de enfrentamento à pandemia, como também, de fato enfrentaram, o próprio bolsonarismo, ainda que não tenham o extirpado da sociedade brasileira.

Então, para além de dimensões sensíveis, temos as práticas com relação à CPI da Pandemia, esta que culminou em um relatório final, com ênfase também ao seu caráter de documento e memória diante dos fatos ocorridos, além de ter propiciado e potencializado a reconfiguração da pandemia nos contextos brasileiros. Neste sentido, flexionamos, neste final, a palavra para o plural - reconfigurações -, visto que este trabalho termina, mas ainda há muitos desdobramentos, de questões

apresentadas, prestes a acontecer - vide a situação de Jair Bolsonaro, por exemplo, atualmente inelegível.

Figura 45 - Um retrato simbólico da CPI



Fonte: Reprodução via Instagram.

A figura não é do último dia de CPI, mas representa união e força, além de reforçar uma espécie de parceria entre o dispositivo organizacional e seus respectivos públicos, representada pelos senadores junto às vítimas. Ademais, ilustra o que o dispositivo organizacional CPI da Pandemia pode oferecer e potencializar, um diálogo estabelecido entre a comissão e grande parte da população, considerando todo o engajamento e a reverberação que a comissão, ao visar o bem comum, a vida e justiça para todos, em prol de toda uma população e não de parcelas populacionais específicas. Tais valores sofreram tentativas diversas de silenciamento; entretanto, a despeito das lógicas bolsonaristas, necropolíticas e neoliberais, tais valores não foram silenciados e a expectativa é de que jamais sejam.

Afinal, já dizia Guimarães Rosa que o que a vida quer da gente é coragem e “sofre, sofre, depressa que é para as alegrias novas poderem vir” com o destaque de que ainda que o período pandêmico não tenha passado depressa, o anseio é de que as novas alegrias possam vir e sem o esquecimento de tal sofrimento. Aliás, as novas alegrias já parecem estar à caminho, visto que Jair Bolsonaro já não é mais o presidente e é cada vez mais evidente que por mais que ele tente, são muitas as

tramoias e irresponsabilidades das quais precisa prestar contas. Por isso, é melhor “já ir” se acostumando a isso e ao fato de que não tem mais a faixa presidencial, mas o rastro, representado na charge abaixo como sangue, não se limpa nem se esquece com facilidade ou impunidade.

Figura 46 - O legado que será passado



Fonte: Reprodução via Instagram.

Este parágrafo tem como intuito não permitir que a atmosfera final do trabalho seja relacionada apenas à “aquele que não deve ser nomeado”<sup>45</sup> e que está na charge acima. Caro leitor, licença para apresentar um trecho de uma canção, que ironicamente foi criada e também censurada por ironizar o governo militar vigente à época,

Apesar de você// Amanhã há de ser // Outro dia // Inda pago pra ver// O jardim  
florescer // Qual você não queria // Você vai se amargar // Vendo o dia raiar // Sem  
lhe pedir licença (BUARQUE, 1970)

<sup>45</sup> Referência ao personagem Voldemort, da franquia Harry Potter, considerado o vilão e lorde das trevas.

Claro que não cabem aqui comparações anacrônicas aos períodos de ditadura militar e de pandemia, mas de certa forma, podemos dizer que “as vítimas e aqueles que lutam pela verdade, pela memória e pela justiça ficam relegados pelos donos do poder a uma posição melancólica, difícil de aceitar e de com ela conviver. Ela destrói” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.14) e, portanto, esse trabalho parte do pressuposto de que, para além de analisar os existentes, podemos reconstruir, reorganizar, revelar e instituir novos campos hermenêuticos.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso. As fake news e o Ministério da Verdade Corporativa. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 23, n. 1, p. 124-141, 2021.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. **Organicom**, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009.
- BALDISSERA, Rudimar; VINHOLA, Bruno Garcia. Midiatização e comunicação organizacional: aproximações tentativas. **Animus: revista interamericana de comunicação midiática. Santa Maria. Vol. 19, n. 39 (2020), p. 22-39.**, 2020.
- BRAGA, José Luiz. Aprendizagem versus educação na sociedade mediatizada. Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Compós, v. 10, 2001
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. Mediação & Midiatização. Salvador: EDUFBA, p. 31-52, 2012.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008.
- BRAGA, José Luiz. Uma conversa sobre dispositivos. **Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG**, 2020.
- BUARQUE, Chico. Apesar de você. **Phonogram: Rio de Janeiro**, 1970.
- BUENO, W. C. Comunicação Científica e Divulgação Científica: aproximações e rupturas conceituais. *Revista Informação & Informação*. Londrina, v.5 n.1, 2010.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos avançados**, v. 34, p. 209-224, 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido. Séries 1,2,3,9,15,21*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DE MENEZES, Ricardo Fernandes; SOARES, Adilson; DE CAMARGO, Iara Alves. Panorama internacional sobre o enfrentamento à pandemia de covid-19 no ano de 2020. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 53-70, 2021.
- FELINTO, Erick. “Me parece verdadeiro pelo contexto”: Olavo de Carvalho, Conspiracionismo e a Desinformação como Programa Político. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 12-30, 2023.
- FLEURY, Sonia; FAVA, Virgínia Maria Dalfior. Vacina contra Covid-19: arena da disputa federativa brasileira. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 248-264, 2022.
- GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos**, v. 23, n. 2, p. ID 22253-ID 22253, 2016.
- HENRIQUES, Márcio Simeone. As organizações e a vida incerta dos públicos. **Vertentes conceituais e metodológicas**, p. 119, 2017.
- LEMINSKI, Paulo. *Caprichos & relaxos*. Editora Companhia das Letras, 2016.
- MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade*. 2011.

MARQUES E MAFRA, 2021, Interrupção da política e progresso intensificado: espetáculo, necropolítica e polinização na comunicação organizacional em tempos de pandemia, p. 90, In: **Impactos e aprendizados da pandemia de Covid-19 na perspectiva dos relacionamentos organizacionais**. Editora da PUCRS, 2022.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. **Logos**, v. 28, n. 3, p. 89, 2021.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; Procópio, Mariana Ramalho. Estéticas e discursos de uma pandemia midiaticizada: a Covid-19 e as diferenças no/do contemporâneo In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, CLÁUDIO HUMBERTO; AZEREDO, Luciana Aparecida Silva de (org.). **Vozes na pandemia**. Belo Horizonte, MG. 2021. *E-book* (432p.) color. ISBN: 978-65-87948-25-6. Disponível em: [https://www.led.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/275/2022/12/Vozes\\_final\\_dez.pdf](https://www.led.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/275/2022/12/Vozes_final_dez.pdf). Acesso em: 24 ago. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. In: **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2008. p. 1-356.

MATURANA, Humberto R. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, v. 6, n. 6, p. 59-76, 2005.

RÊGO, Ana Regina; BARBOSA, Marialva. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. Mauad Editora Ltda, 2020.

ROSA, João Guimarães; ALCANTARA, Araquém. **Ave palavra**. Global Editora, 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Metamorfoses-Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros*, v. 10, n. 2, p. 176-203, 2010

SILVA, Daniel Reis. Organizações privadas e lógicas indiretas de influência sobre a opinião pública: problemática e desafios para pesquisa. **Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, p. 32-51, 2020.

SILVA, Diego Wander da; BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional e interesse público: estratégias de (in) visibilidade nas mídias sociais. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, p. 157-174, 2021.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1990.

## APÊNDICE A - Notas

### 1. Estado da Arte (referente à defesa do projeto)

Com vistas a compreender a relevância e a aparência das temáticas atinentes a este projeto em revistas, periódicos, livros e outras formas de comunicação científica, e pensando na potencial atualidade das questões ora propostas, realizamos uma varredura em que buscamos pesquisas de periódicos e também trabalhos que poderiam ter relação com algum dos dois propósitos estabelecidos, a saber: a) averiguar quem são os pesquisadores que estão investigando as temáticas relativas a esse projeto, com os quais podemos estabelecer diálogos; e b) buscar a validação das potencialidades desse projeto, ao demonstrar que existem pesquisas discutindo este tema, porém não da mesma forma com a qual pretendemos conduzir nossas discussões. A seguir, demonstramos os caminhos que adotamos para realizar tal varredura, dividindo-a por dois grandes mecanismos de busca: Revistas Qualis A1 e Periódicos Capes. Após a escolha desses mecanismos, ainda apresentamos na subseção “Outros”, outras formas diferentes de busca.

#### 1.1 Revistas Qualis A1

Nosso primeiro esforço de busca foi direcionado para as revistas qualificadas em A1 no campo da Educação, apostando que estas poderiam contemplar trabalhos de maior excelência e credibilidade, e que, por conta disso, poderiam apontar supostamente fortes indícios da presença das temáticas deste projeto em revistas qualificadas por outros estratos avaliativos. Presentemente, são 121 periódicos que recebem a classificação A1 e destes foram selecionados previamente 30, pensando em seus respectivos editoriais e em uma proximidade com os temas que serão abordados na pesquisa.

Foram escolhidas as seguintes palavras chaves para busca de estudos, produzidos nos últimos dez anos (de 2011 a 2021): *Vacina; Pandemia; Midiatização da saúde; Vida; Morte; Organizações/ COVID-19; Experiência Pública.*

Em um segundo momento, a partir das buscas utilizando as palavras-chave supracitadas, identificamos que alguns dos periódicos não tinham relevante proximidade com a temática proposta e isso se evidenciou quando não houve resultados para nenhuma das palavras buscadas. Desta forma, foram selecionadas

20 revistas das 30 previamente selecionadas, sendo elas: Ambiente E Sociedade; Análise Social; Bakhtiniana: Revista De Estudos Do Discurso; Cadernos De Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso); Ciência & Educação; Comunicar. Media Education Research Journal; Dados (Rio De Janeiro. Impresso); Educação & Sociedade; Educação E Realidade; Educação Em Revista (Ufmg - Online); Educação (Santa Maria. Online); Educação Temática Digital; Educar Em Revista; História, Ciências, Saúde (Online); Pró-Posições (Unicamp. Impresso); Revista Brasileira De Ciências Sociais (Impresso); Revista Brasileira De Educação; Revista Brasileira De Estudos Da Presença [Eperiodico]; Sociologias (Ufrgs. Impresso); Tempo (Niterói. Online).

No total, nesta primeira fase encontramos 3.361 artigos, conforme exposto na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Numericamente, termos encontrados nas revistas pesquisadas no extrato classificatório A1, área de Educação da Capes

<b>Periódicos Educação A1 (Qualis capes)</b>	<b>Vacina</b>	<b>Pandemia</b>	<b>Midiatização da saúde</b>	<b>Vida</b>	<b>Morte</b>	<b>Org./ COVID -19</b>	<b>Experiência pública</b>
<b>Ambiente E Sociedade</b>	0	13	0	0	0	0	5
<b>Análise Social</b>	6	1	0	940	490	0	126
<b>Bakhtiniana: Revista de estudos do discurso</b>	0	0	0	29	2	0	0
<b>Cadernos De Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)</b>	0	2	0	113	2	0	16
<b>Ciência &amp; Educação</b>	0	2	0	36	0	0	4
<b>Comunicar. Media Education</b>	0	0	0	23	0	0	0

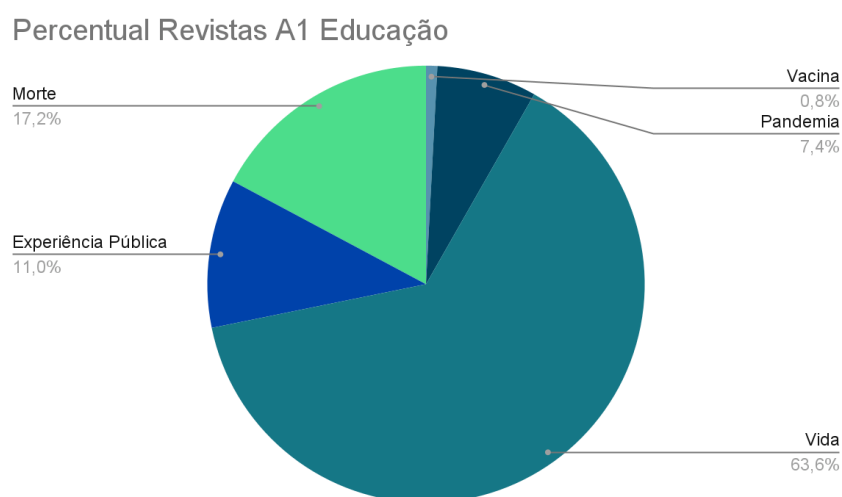
<b>Research Journal</b>							
<b>Dados (Rio De Janeiro. Impresso)</b>	0	0	0	15	0	0	3
<b>Educação &amp; Sociedade</b>	0	3	0	92	5	0	10
<b>Educação E Realidade</b>	0	9	0	78	3	0	9
<b>Educação Em Revista (Ufmg - Online)</b>	0	1	0	7	0	0	5
<b>Educação (Santa Maria. Online)</b>	0	4	0	175	12	0	74
<b>Educação Temática Digital</b>	0	3	0	63	1	0	25
<b>Educar Em Revista</b>	0	0	0	94	8	0	20
<b>História, Ciências, Saúde (Online)</b>	22	207	0	64	13	0	5
<b>Pró-Posições Unicamp. Impresso)</b>	0	0	0	141	9	0	40
<b>Revista Brasileira De Ciências Sociais (Impresso)</b>	0	0	0	40	5	0	4
<b>Revista Brasileira De Educação</b>	0	0	0	47	3	0	4
<b>Revista Brasileira De Estudos Da Presença [Eperiodico]</b>	0	0	0	39	6	0	4
<b>Sociologias (Ufrgs. Impresso)</b>	0	3	0	113	14	0	15

Tempo (Niterói. Online)	0	1	0	27	5	0	1
-------------------------	---	---	---	----	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora, dados do Projeto, 2021.

Os dados da tabela foram apresentados também na forma de gráfico, com o intuito de demonstrar o quão expressivo se tornou o resultado de uma das palavras chaves, como podemos observar a seguir:

Gráfico 1: Percentual de termos encontrados nas revistas pesquisadas no extrato classificatório A1, área de Educação da Capes



Fonte: Elaborado pela autora, dados do Projeto, 2021.

E conforme apresentamos, a palavra chave *vida* obteve índices expressivos, foram 2.093 resultados em meio aos 3.361 artigos totais encontrados, uma média de 106 artigos com a palavra-chave por periódico, representando 63,6% das buscas. Em seguida, as buscas por *morte* representaram 17,2%; *experiência pública* 11%; *pandemia* 7,4% e; *vacina* 0,8%, conforme os dados apresentados na tabela e expostos no gráfico acima.

Por não obtermos resultados com as palavras *Midiatização da saúde* e *organizações/COVID-19*, estas não fizeram parte da composição do gráfico. A partir da questão das buscas por *vida* e *morte* constatamos que apesar de expressivos em quantidade, não havia trabalhos com tais palavras que demonstrassem o uso pelo viés que pretendemos utilizar. Em seguida, nos aventuramos pela busca na plataforma de periódicos Capes.

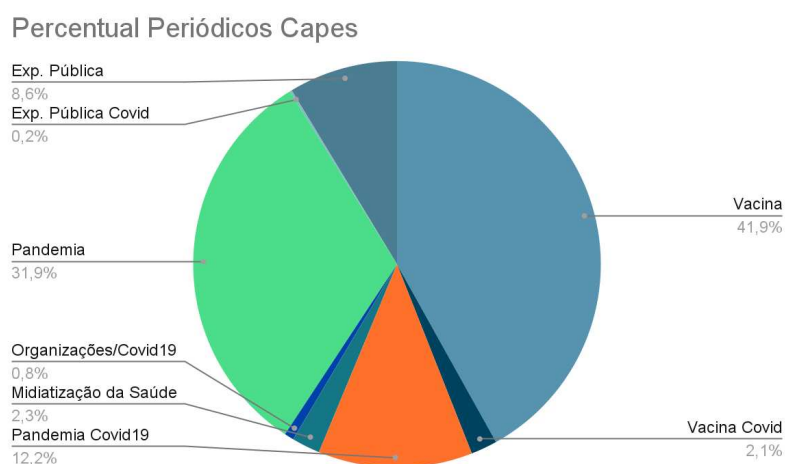
## 1.2 Periódicos Capes

Em função da amplitude e da pouca afinidade com a nossa proposta de pesquisa, para as buscas nos periódicos Capes não utilizamos os descritores *vida e morte*.

Com a palavra-chave *vacina*, foram encontrados (revisado por pares) 1.654 resultados, sendo 781 dentro do recorte de 2011 a 2021, mas como ainda assim estava muito amplo por serem majoritariamente trabalhos de vacinas específicas como contra hepatite; brucelose e outras doenças, optamos pela palavra-chave *vacina COVID*. Tal mudança resultou sob as mesmas condições em 39 resultados, entre 2020 e 2021, o que se deve também pela atualidade da pandemia da COVID-19 e sua respectiva corrida das vacinas igualmente atual. Diante destes resultados foram selecionados 12 trabalhos.

Ao pesquisar os termos *organizações / COVID-19* encontramos 14 resultados, e ao buscar por *comunicação organizacional / COVID-19*, foram 3 resultados. Pesquisando por *pandemia*, foram 2.782 resultados (revisados por pares) em português e inglês, sendo 595 em português. Neste caso, como muitos resultados eram referentes a pandemias anteriores, decidimos refinar e buscar por *pandemia COVID-19*, o que nos gerou 228 resultados. Acrescentamos também o termo *midiatização da saúde*, que obteve 42 resultados; *experiência pública* que obteve 161 e *experiência pública COVID-19* com 3 resultados. O percentual que as palavras chaves representam das buscas, pode ser conferido no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Percentual de termos encontrados nas revistas pesquisadas na plataforma Periódicos Capes.



Fonte: Elaborado pela autora, dados do Projeto, 2021.

### 1.3. Outros

As buscas mostraram que o viés da nossa discussão é relativamente inédito, e isso ocorre também pela temporalidade, visto que a pandemia foi oficialmente decretada em março/2020 e as nossas buscas cessaram em setembro/2021. Portanto, são inúmeras as emergências e atualizações neste período, e acreditamos que trabalhos que adotam a pandemia como objeto de estudo, sobretudo do ponto de vista das ciências humanas, ainda estão sendo produzidos e serão em breve aprovados e publicados, respectivamente.

A fim de esgotar nosso rastreo com as palavras chaves, optamos por averiguar os termos pandemia e comunicação organizacional também no acervo da COMPÓS / E-COMPÓS - A2, encontrando 0/0 resultados; da ORGANICOM, que também não apresentou resultados e da ABRAPCORP, que apresentou 30 resultados com as palavras chaves mais gerais, em livros e artigos, porém não necessariamente pertinentes ao trabalho.

### 1.4 Agrupamentos A1

Em nosso primeiro momento de busca, por meio das revistas A1 em Educação, foi possível rastrear trabalhos que, de alguma forma, se propuseram a discutir temáticas relacionadas às nossas. Nos deparamos com trabalhos que abordavam *guerras narrativas* com relação à COVID-19, tais como: as interações entre ciência, política e comunicação em contextos de crises (GIULIO, 2020); Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia (DUARTE; CÉSAR, 2021); A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia (GIORDANI, 2021).

Outros trabalhos selecionados mostravam *vulnerabilidades e consequências diversas da pandemia*, como: Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão? (ASSIS, 2021); A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço (DIAS, 2021); Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira (CASTILHO, 2021) e reafirmar a defesa do sistema de ciência, tecnologia e ensino superior público brasileiro (XIMENES, 2019).

Também agrupamos alguns trabalhos de acordo com uma perspectiva de (des) informação e (des) aprendizados, perspectiva esta que nos chamou a atenção, através de trabalhos como: Comunicação Pública e a desinformação em saúde:

análise das estratégias comunicacionais do MS na cobertura da Campanha de Vacinação de 2018 (MOTTA, 2021); Opinião Pública em tempos de mídias sociais: midiatização, comunicação desintermediada e memes (TERRA; SOUZA, 2020) ; Rituais de Consumo: Espectros da Midiatização e da Opinião Pública Sobre o Ativismo Digital (TRINDADE; ZIMMERMANN; MEIRA, 2020) ; Periferia Viva: formação e mobilização de públicos pelo enfrentamento aos efeitos da pandemia (FARIA; SÃO PEDRO; VARGENS, 2021); O UNICEF e a comunicação pública em tempos pandêmicos: reverberações solidárias de vozes da juventude no Combate às Fake News (ANDREUCCI; MAZZUCATTO, 2021); Mobilizar sem aglomerar: desafios e invenções da educação para a cidadania no contexto da pandemia (LIMA, 2020); A comunicação de crise do governo brasileiro durante a pandemia do COVID-19: estratégia comunicativa para desinformar? (SANTOS, 2021).

Dessa forma, foi possível perceber o quanto a proposta de se pensar nos modos como as organizações ofertam aprendizagens no contexto do *Twitter* possui dupla justificativa científica: a) tanto ela é capaz de fazer coro a inúmeros textos e pesquisas, no campo da Educação e afins, voltados a problematizar os contextos da Pandemia; b) quanto ela pode se diferenciar de outros estudos, ao propor uma angulação ainda não explorada, com capacidade de contribuir para o debate estabelecido contemporaneamente, sobretudo com foco na compreensão da presença das organizações frente a essa experiência.